



**ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, DEPARTAMENTO DE
SOCIOLOGIA.**

**A ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
AUDITIVA À TELEVISÃO PÚBLICA DE ANGOLA.**

Walter Silveiro Manuel Marcelino

**Trabalho de projeto submetido para obtenção do grau de Mestre em Comunicação,
Cultura e Tecnologias de Informação- Ramo de especialização Media e Jornalismo.**

Orientador (a):

**Doutora Ana Raquel Matias, Professora Auxiliar Convidada no Departamento de
Sociologia.**

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2019



**A ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
AUDITIVA À TELEVISÃO PÚBLICA DE ANGOLA.**

WALTER SILVEIRO MANUEL MARCELINO

**Trabalho de projeto submetido para obtenção do grau de Mestre em Comunicação,
Cultura e Tecnologias de Informação.**

Orientador (a):

**Doutora Ana Raquel Matias, Professora Auxiliar Convidada no Departamento de
Sociologia.**

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2019

Agradecimentos

Antes de tudo os meus agradecimentos vão para o todo soberano Deus. Primeiro por ter me concedido o fôlego da vida, pela força, e inteligência que me concedeu na elaboração deste trabalho investigativo.

Foram dias difíceis em que tive que sacrificar muita coisa, abrindo mão da família para poder alcançar mais esta conquista que sem sombra de dúvidas um dia vai valer a pena. Por isso inclino-me e agradeço aos meus pais, à minha esposa **Celeste Marcelino** e aos meus dois filhos **Garcicleny Marcelino** e **Waldemar Marcelino**, irmãos e familiares em geral pelo apoio e carinho que me proporcionaram durante estes dois anos de ausência;

Um agradecimento especial vai também para o governo Angolano que através da Comissão Interministerial para Ractificação do Acordo Ortográfico, permitiu a realização de mais um sonho na minha vida.

Estaria a ser ingrato comigo mesmo, se nesta singela homenagem não agradecesse aos meus professores do mestrado, com particular destaque para Doutora **Ana Raquel Matias**, que com a sua sapiência, paciência e dedicação soube me auxiliar na orientação deste trabalho de projecto. Do fundo do meu coração, muito obrigado.

Aos colegas de turma, colegas da Televisão Pública de Angola e amigos pelo apoio para o desenvolvimento deste trabalho, bem como à comunidade das pessoas com deficiência auditiva (surdos) em Luanda pela contribuição durante a pesquisa;

Muito Obrigado!

“A boa educação é como moeda de ouro. Em todo mundo tem valor ”

P. António Viera.

Resumo

A acessibilidade para as pessoas com deficiência seja ela qual for, é uma necessidade imperiosa, pois que estes indivíduos gozam dos mesmos direitos que todos outros com ou sem deficiência. Daí surge a nossa preocupação na abordagem da temática sobre “A acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva na Televisão Pública de Angola”.

Com este trabalho pretendeu-se conhecer as estratégias de acessibilidade para as pessoas com deficiência auditiva na programação da TPA. Sendo assim, tivemos que construir um quadro teórico onde abordamos questões ligadas à acessibilidade, à relevância da televisão como meio de comunicação social e a importância da língua gestual na integração das pessoas com deficiência auditiva na TPA. Fizemos também um enquadramento sobre as políticas de informação nos *media* e os direitos das pessoas com deficiência nos meios de comunicação e as estratégias de acessibilidade na TPA.

De seguida desenvolvemos a pesquisa de terreno em Luanda, Capital de Angola, onde realizamos duas entrevistas e aplicamos três tipos de questionários. O que possibilitou a melhor compreensão das características sociais das pessoas surdas, bem como facilitou a recolha dos seus critérios e sentimentos em relação à programação da TPA. As técnicas de pesquisa foram aplicadas às pessoas com deficiência auditiva, intérpretes da língua gestual, associação dos surdos de Angola, ao assessor do Director Nacional do Ensino Especial e ao Administrador para Conteúdos e Informação da TPA. O que permitiu esclarecer as necessidades que podem ser resolvidas com a criação e execução de um plano de acções na TPA.

Palavras-chave: Acessibilidade à informação; estratégias de comunicação na televisão; Deficiência auditiva; diversidade linguística; língua gestual angolana.

“ Quero, terei; Se não aqui; Noutro lugar que ainda não sei. Nada perdi; Tudo serei.”

Fernando Pessoa.

ABSTRACT.

Accessibility for people with disabilities can be qualified, an imperative necessity, as these individuals enjoy the same rights as all others with or without change. Hence our concern in addressing the issue of “Accessibility of the hearing impaired in Public Television in Angola”.

With this work we intend to know accessibility strategies for people with hearing impairment of TPA programming. Thus, we had to create a toric framework in which to address accessibility issues, the relevance of television as a media and the importance of sign language in the integration of people with hearing impairment in APD. Also click on a framework on *media* information policies and the rights of persons with disabilities in the media and accessibility strategies in TPA.

We then conducted a field survey in Luanda, the capital of Angola, where we conducted two interviews and applied three types of questionnaires. This allowed a better understanding of the social characteristics of deaf people, as well as facilitating the collection of their records and feelings regarding the programming of the APD. As research techniques were applied as people with hearing impairment, sign language interpreters, association of the deaf in Angola, advisor to the National Director of Special Education and TPA Content and Information Administrator. This allowed us to clarify how the requirements can be solved with the creation and execution of an action plan in TPA.

Keywords: Accessibility to information; Communication strategies on television; Hearing impairment; Linguistic diversity; Angolan Sign Language.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. CAPÍTULO - METODOLOGIA GERAL	3
2.1. Procedimentos, métodos e Técnicas aplicadas.....	5
2.2. Principais dificuldades	9
3. CAPÍTULO - CONSIDERAÇÕES SOBRE A ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA.....	11
3.1. Considerações introdutórias	11
3.2. Relevância da Televisão como meio de comunicação.....	12
3.3. Língua Gestual e importância na acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva	14
3.4. Deficiência auditiva e suas implicações	16
4. CAPÍTULO - POLÍTICAS E DIREITOS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA	19
4.1. Direitos internacionais e nacionais para as pessoas com deficiência auditiva	19
4.2. Legislação e políticas de informação nos meios de comunicação em Angola	21
4.3. Caracterização da Televisão Pública de Angola.....	22
4.4. As estratégias de Acessibilidade na programação da Televisão Pública de Angola	23
4.5. A Língua gestual na Televisão Pública de Angola	25
5. CAPÍTULO - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	27
5.1. Análise dos Resultados	27
5.1.1. Abordagem da pesquisa de campo.....	27
5.1.2. Análise do questionário aplicado a Associação Nacional de Surdas de Angola ..	29
5.1.3. Questionários aplicados aos intérpretes da L.G.A da TPA, em Luanda	30
5.1.4. Questionário aplicado a 13 pessoas com deficiência auditiva (surdos), em Luanda.	32
5.1.5. Análise da Grelha de programação da TPA	34
5.1.6. Entrevista realizada ao administrador para conteúdos da TPA.....	35
5.1.7. Entrevista ao Assessor do Director Nacional do Ensino Especial	37
5.2. Sistematização dos Resultados	40
5.3. Plano de acção a ser desenvolvido na TPA em função da acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva.....	41
6. CAPÍTULO – CONCLUSÕES.....	43
6.1. Considerações Finais.....	43
Bibliografia	45
ANEXOS	48

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

- ANSA- Associação Nacional dos Surdos de Angola.
- AN- Assembleia Nacional
- BDA- Bom dia Angola.
- CIERNDH- Comissão Intersectorial Nacional para Elaboração de Relatórios Nacionais de Direitos Humanos.
- CRA- Constituição da República de Angola.
- INEE- Instituto Nacional de Educação Especial
- LGA- Língua Gestual Angolana.
- LGP- Língua Gestual Portuguesa.
- LG- Língua Gestual.
- MED- Ministério da Educação.
- TV- Televisão.
- TPA- Televisão Pública de Angola.

1. INTRODUÇÃO

Os direitos da acessibilidade na televisão para as pessoas com deficiência auditiva são nos dias de hoje, uma prioridade a nível mundial, principalmente pela necessidade de se dar resposta à inclusão desta franja da sociedade. Por este motivo é pertinente e relevante estudar esta temática, como forma de realizar um plano de acções para garantir e salvaguardar a acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva (surdos) na Televisão Pública de Angola (TPA), tendo em conta que em Angola assim como noutros países são muitas as pessoas que apresentam essa deficiência.

Tratando-se de um país do continente africano, consideramos importante realçar as características físicas e sociodemográficas de Angola. Para que deste modo, possamos compreender melhor a necessidade de inclusão das pessoas surdas na vida social e cultural do país, assim como na implementação de novas estratégias para melhorar a grelha de programação da estação pública de Angola e, por conseguinte a sua audiência.

A República de Angola é um país que está situado na costa ocidental da África, limitado pela República do Congo, Zâmbia, Namíbia e pelo Oceano Atlântico. Com uma superfície total de 1.246.700 Km²; está administrativamente dividida em 18 províncias, 164 municípios e 559 comunas. O português é a língua oficial de comunicação em Angola, pese embora o povo venha de vários grupos etnolinguísticos, apresentando diferenças nas suas tradições culturais. (CIERNDH, 2016: 5). Entre eles encontram-se também as pessoas com deficiência auditiva (surdos).

É importante salientar que a problemática das pessoas com deficiência auditiva tem merecido atenção do Estado angolano e de pessoas singulares. Destaca-se, por exemplo, a aprovação, por parte do Estado angolano, da Lei nº 21/12 de 30 de Julho, Lei da Pessoa com deficiência.¹ Um instrumento legal, que veio trazer melhores vias para assegurar a observância efectiva dos direitos desse grupo vulnerável. Mesmo com a existência da referida lei, nota-se claramente que os níveis de audiência na TPA para as pessoas com deficiência auditiva, ainda é muito baixo porque este órgão de comunicação social não dispõe de condições necessárias para a salvaguarda da acessibilidade como, por exemplo, a língua gestual e legendas. Para os cidadãos com necessidade auditiva, o que importa é a efectivação dos direitos de informação, para que possam ter acesso fácil aos conteúdos, na programação televisiva.

A esse respeito Amaral e Souza expõem que “Todo indivíduo tem a faculdade de ser mantido, de forma correcta e integralmente, informada e diante disso faz-se necessário estabelecer um raciocínio lógico, pois, só é possível investir a uma pessoa o direito de receber informações, quando, ao mesmo tempo, se atribui a outrem o dever de informar” (Amaral e

¹ CIERNDH (2014-2016) implementação da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Disponível em <http://www.servicos.minjusdh.gov.ao/files/RELATORIOFINALCPCD.pdf>.

Souza, 2011: 366). Uma realidade que para o contexto angolano infelizmente não se aplica para as pessoas com deficiência auditiva, pelo facto de esta população enfrentar, sobretudo, obstáculos linguísticos e comunicacionais no acesso às informações que são veiculadas nos meios de comunicação social com particular realce na TPA e no intercâmbio com a comunidade ouvinte. Face ao exposto considera-se importante traçar acções na TPA, que possam contribuir para melhorar a informação às pessoas com deficiência auditiva, uma vez que elas também devem ser integradas na sociedade da informação.

Na introdução deste trabalho que contempla seis capítulos, demos primazia à justificação e importância da temática, enquanto que no segundo Capítulo faz-se o enquadramento metodológico. No terceiro Capítulo debruçamo-nos sobre a acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva, relevância da Televisão e a importância da língua gestual. O quarto capítulo está reservado às políticas de informação nos *media* em Angola, caracterização da TPA e suas estratégias de acesso. Já no quinto capítulo faz-se a análise e discussão dos resultados. Finalmente, o sexto capítulo apresenta as considerações finais e apresenta-se as acções a serem desenvolvidas na TPA.

A primeira impressão com que ficamos é que para que a TPA consiga dar resposta à necessidade da comunidade surda em Angola, será importante incluir mais intérpretes, ensino da Língua Gestual Angolana (LGA) através de espaços educativos à semelhança do que é feito com outras línguas ou ainda com o uso de legendas. As legendas para além de beneficiarem a comunidade surda alfabetizada estimulariam outros surdos a aprender a ler e escrever e ainda seria vantajoso para os cidadãos que não entendem o português.

2. CAPÍTULO - METODOLOGIA GERAL

Nesta investigação utilizou-se a metodologia qualitativa, a partir do estudo de caso da Televisão Pública de Angola (TPA), tendo em conta que se pretendeu conhecer e compreender a realidade da acessibilidade para as pessoas com deficiência auditiva na programação da TPA. A esse respeito (Robert Stake 1998 apud Gomez 2015:8) sublinha que a principal finalidade deste tipo de estudo é particularizar e não generalizar, tendo em conta que analisa o caso até ser devidamente identificado, com intuito de compreender melhor a situação, evitando assim o estabelecimento de diferenças com outros.

O campo empírico onde se realizou esta investigação foi em Angola, concretamente em Luanda, pois que das 656.258 mil pessoas com deficiência residentes em Angola, dos quais 35.664 surdos, Luanda é a região que apresenta o maior número de habitantes com surdez num total 16.117(CIERNDH, 2016:7). É também em Luanda, onde se encontra a Associação Nacional de Surdos de Angola (ANSA), uma associação relevante para este estudo, tendo em conta que nela se encontram informantes-chave, no que diz respeito aos surdos do país, seus interesses, motivações e necessidades.

Além disso, entendemos ser preciso revolucionar os meios de comunicação em Angola, com destaque para a TPA, pelo facto de ser pública e a maior estação televisiva do país. Melhorar a sua audiência é outra problemática que pode ser resolvida a partir da melhoria da acessibilidade para as pessoas com deficiência auditiva, assim como da diversidade e qualidade da grelha de programação da TPA. Com base em análises feitas sobre as barreiras na comunicação e no acesso as informações que as pessoas com deficiência auditiva enfrentam, e porque a TPA é a detentora do serviço público de televisão de acesso universal a todos os cidadãos, podendo apresentar algumas situações que têm contribuído negativamente na acessibilidade dos surdos na (TPA).

- A TPA não tem nenhum programa de ensino da LGA, que garante às pessoas surdas e à população em geral o conhecimento do código linguístico gestual angolano, como o que já existe noutras línguas nacionais;
- Os programas da TPA estão dirigidos às pessoas que usam a linguagem oral com excepção do “Bom dia Angola” que também só utiliza intérpretes da língua gestual durante uma hora;
- No geral a TPA, não utiliza as legendas nos programas para garantir uma melhor compreensão da língua portuguesa pelas pessoas surdas alfabetizadas em português, língua oficial;

- Finalmente a TPA não tem em conta as características das pessoas com deficiência auditiva para inserir programas que garantem a acessibilidade, participação e motivação deste público.

Perante essas limitações determinamos como situação problemática que é necessário compreender as razões pelas quais as estratégias na Televisão Pública de Angola-enquanto principal meio de comunicação audiovisual em Angola - ainda não garantem a acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva. Sendo assim, apresentamos as seguintes questões de partida.

- 1- Quais são as estratégias que se podem desenvolver na Televisão Pública de Angola, para garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva aos programas da TPA?

E como perguntas específicas.

- a. Que condições técnicas e humanas de acessibilidade, tem a Televisão Pública de Angola para veicular os conteúdos informativos e não só, para a população surda angolana?
- b. Que elementos determinam a acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva na TPA?
- c. Será que a inserção da língua gestual nos demais programas informativos e de entretenimento garante por si só a acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva na TPA?

E para a alteração desta situação foi preciso determinar o objectivo geral, assim como os específicos. Deste modo definimos como objectivo geral: conhecer as estratégias de acessibilidade para as pessoas com deficiência auditiva na programação da Televisão Pública de Angola, pois o conhecimento das estratégias que estão a utilizar neste órgão de comunicação permitirão o seu aperfeiçoamento em função da acessibilidade dos surdos aos programas da TPA e o aumento da audiência. E para garantir o cumprimento do objectivo geral, traçamos os objectivos específicos, que derivam dos gerais em forma de metas a alcançar (Capuchos 2008:33 e Azevedo et al 2011: 49).²

Definem-se assim:

(a) Analisar as características sociais e demográficas das pessoas com deficiência auditiva em Angola de forma a perceber se os meios de comunicação têm aplicado os critérios adequados à população em questão.

(b) Explorar as causas que limitam a acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva nos programas da TPA.

² . Capucha, L; Pinto, J; Evaristo, T; (2008) Planeamento e Avaliação de Projeto Guião Prático; Direção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (DGIDC), Lisboa.

(c) Demonstrar a relação entre a grelha da TPA e a acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva.

Para uma maior precisão e caracterização do problema científico identificado e em função da possível solução na prática, pretendemos comprovar e demonstrar as hipóteses. “A hipótese é, frequentemente, apenas uma resposta parcial ao problema posto. Daí a utilidade de conjugar vários conceitos e hipóteses para cobrir os diversos aspectos do problema. Este conjunto de conceitos e de hipóteses logicamente articulados entre si constitui, portanto o modelo de análise” (Quivy, R. Campenhoudt, L, 1998:139).

H1: A criação de condições técnicas e humanas para a inserção da Língua gestual nos restantes programas da TPA melhoraria a acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva e consequentemente acrescentaria as suas audiências.

H2: A não observância da lei de acessibilidade na TPA incide na acessibilidade dos surdos à televisão.

Durante a investigação explorou-se a estratégia que a TPA utiliza para garantir a acessibilidade dos surdos. Em relação ao uso da língua gestual na TPA destaca-se: A utilização da língua gestual na televisão, a frequência da utilização de intérpretes da língua gestual nos programas informativos e ainda as barreiras que limitam a utilização da língua gestual na televisão.

Quanto à programação e o acesso das pessoas surdas na grelha programativa da TPA a ideia foi identificar: Se a programação é acessível às pessoas com deficiência auditiva, motivação e interesse que alcançam os programas televisivos nas pessoas surdas, preferência dos surdos pela grelha de programação televisiva, barreiras que limitam a compreensão dos conteúdos que passam nos programas da televisão e assistência dos surdos a estes mesmos programas da TPA.

2.1. Procedimentos, métodos e Técnicas aplicadas

Compreende-se como população o conjunto de sujeitos que podem ser objecto de estudo, neste caso os surdos de Luanda, Angola. A investigação é dirigida directamente a essas pessoas com deficiência auditiva, que apresentam problemas de acessibilidade nos programas televisivos da TPA. Por isso a escolha da população responde ao objectivo da investigação, pois que, as pessoas com deficiência auditiva também são membros da sociedade angolana, os quais têm direito à informação, de se informar e ser informados, tal como consagra a Constituição da República de Angola (CRA), a Lei de Imprensa e o Código de Ética da TPA.

Neste estudo em concreto, privilegiamos a abordagem qualitativa (estudo de caso da TPA) uma vez tratar-se de uma investigação exploratória, que não pretende ser conclusiva e

determinar causas, mas apenas explorar potenciais relações e explicações do processo de acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva na TPA, para futuras investigações. Turato diz que a metodologia qualitativa “não busca estudar o fenómeno em si, mas entender seu significado individual ou colectivo para a vida das pessoas” (Turato, 2005).

Deste modo, utilizamos técnicas e métodos qualitativos como a entrevista semi-estruturada e o questionário com a finalidade de dar maior flexibilidade e liberdade aos entrevistados e inquiridos nas suas respostas, e obter uma informação muito mais ampla. “o questionário e a entrevista preenchem, portanto uma tripla função quanto à base das informações prestadas pelas próprias pessoas” (Perez, 1998: 24). Utilizou-se ainda perguntas estruturadas (estímulo-resposta) segundo a definição de (Patton, 1990:288) sobre “variações na entrevista qualitativa” citado por (Valles, Miguel 1997: 3).

No princípio da nossa investigação foi necessário manter uma conversa inicial com o especialista Paulo Feytor Pinto, Doutor em Estudos Portugueses na especialidade em Política de Língua pela Universidade Aberta de Portugal. A opção em escolher este especialista deveu-se ao facto de ele ser experiente e por ter realizado estudos nesta área, com destaque para o seu artigo científico «educação e diversidade linguística em Portugal». Para além deste o nosso interlocutor tem publicado vários artigos e livros de relevo com pendor para as questões da língua.

O especialista, Paulo Feytor, explicou sobre o enquadramento a ser dado à investigação, assim como os procedimentos a se ter em conta para entrar no terreno, as possíveis dificuldades no campo e suas alternativas bem como pistas de elementos que foram fundamentais na estruturação da pesquisa.

A escolha da ANSA como associação justifica-se principalmente, pelo facto de, na cidade de Luanda ser a associação de apoio à comunidade surda de diferentes províncias e faixas etárias. Nesse contexto tornou-se primordial interagir com o Secretário Nacional da Associação de Surdos (ANSA) a quem foi aplicado um questionário por este também ser surdo uma vez, que de outra forma seria impossível obter as informações desejadas.

O encontro com o Secretário da ANSA aconteceu em Janeiro de 2019, na escola onde este trabalha como professor, no Município de Viana. O referido encontro serviu para ter uma ideia geral da situação dos surdos em Angola, bem como sobre o acesso destes à programação da TPA. Não descurando, entretanto, da sua visão e da inserção da LGA nos media audiovisuais.

A escolha da Televisão Pública de Angola como meio de comunicação justifica-se por ser pública, pelo que, segundo a Constituição da República de Angola deve-se garantir a acessibilidade aos cidadãos angolanos e cumprir com o estabelecido relativamente à acessibilidade para as pessoas com deficiência. E para aferir se a TPA está cumprir com esse

pressuposto, foi realizada em Janeiro de 2019 uma entrevista, ao Administrador para Conteúdos e Informação da TPA, com a finalidade de obter informações sobre a grelha de programação televisiva, compreender a realidade quanto à utilização de intérpretes da língua gestual, assim como as estratégias que estão a utilizar nos *media*, para garantir a acessibilidade dos surdos nos programas. A escolha em entrevistarmos esse responsável da TPA pelo sinal o mentor da inserção da língua gestual no programa Bom dia Angola (BDA), deveu-se ao facto de o nosso estudo centrar-se na maior estação televisiva do país, que tem como responsabilidade prestar serviço público. A entrevista teve lugar na sede da TPA em Luanda e durou aproximadamente trinta minutos. Outro, elemento fundamental que se teve em conta a nível da TPA foi a observação e análise de uma semana da grelha de programação, feita com base a programação disponível no seu site (olhar anexo A), para as 24 horas de emissão cada dia. Portanto a grelha da TPA permitiu determinar quais os programas são acessíveis aos surdos, além disso, conhecer se a programação da TPA está a dar resposta às normas e leis sobre acessibilidade no país, com destaque no tempo e frequência da utilização de intérpretes da língua gestual. A escolha da semana quatro do mês de Novembro de 2018 (foi intencional) e se deve ao facto de nessa altura do ano registar-se pausa escolar de acordo com o calendário nacional e muitas das pessoas com deficiência auditiva e não só terem maior tempo para acompanhar os programas televisivos. Por um lado assistir diferentes programas da TPA permitiu conhecer se a programação desta estação tem em conta as necessidades dos surdos, quanto a gostos, preferências e necessidades de informação. A análise das estratégias de comunicação na TPA para garantir o acesso das pessoas surdas, também relevou informações importantes (Código de Conduta e Ética da TPA, 2014: 8).³

A par disso os dois intérpretes da língua gestual angolana na TPA, também participaram com as suas considerações em relação à necessidade da acessibilidade dos surdos nos programas da TPA. É assim que foram aplicados aos dois únicos intérpretes da TPA questionários em diferentes dias do mês Janeiro de 2019. O contacto com os mesmos tornou-se mais facilitado por se tratarem de meus colegas de serviço que depois de saberem dos objectivos do questionário, prontamente se dispuseram em ajudar. Optamos pela aplicação dos questionários por ser mais viável para os mesmos tendo em conta a sua disponibilidade. Portanto procurou-se obter deles informações pessoais sobre a aprendizagem da LGA, às dificuldades que enfrentam no meio televisivo para garantir a emissão de programas acessíveis as pessoas com deficiência auditiva. Também se procurou saber sobre as causas que desde o seu ponto de vista, incidem desfavoravelmente na acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva (surdos) na programação da TPA e como os programas satisfazem as necessidades e interesses das pessoas surdas em termos de conteúdos.

³ . Televisão Pública de Angola (2014): Código de Conduta e Ética. Imprensa nacional

As informações obtidas dos surdos, dos intérpretes, da ANSA, do Assessor do Director Nacional do Ensino Especial e do responsável de Conteúdos e Informação da TPA, através das técnicas qualitativas aplicadas, foram analisadas em função da melhor compreensão e para obter uma ampla visão sobre o acesso desta franja da sociedade angolana na programação televisiva. Também se analisou a utilização de intérpretes da Língua Gestual Angolana na TPA e o seu impacto na população surda.

Foi preciso também entrevistar o assessor do Director Nacional do Ensino Especial do Ministério da Educação (MED), em Janeiro de 2019, com o propósito de obter informações sobre o Ensino da Língua Gestual em Angola (LGA). A escolha recaiu por ser o departamento que regula a questão do Ensino Especial em Angola. Foi necessária uma hora de conversa depois de um longo período de espera. A entrevista baseou-se essencialmente sobre como acontece o processo de ensino da língua gestual nas escolas, que avaliação faz sobre o cumprimento da lei da acessibilidade, a formação dos intérpretes e ainda a inserção da língua gestual na TPA.

Nesta investigação o inquérito por questionário foi também uma técnica escolhida. Para o efeito foram contactadas pessoas com deficiência auditiva com realce para alfabetizadas porque de outra forma a comunicação não seria possível em tão curto espaço de tempo. Através do questionário impresso apresentado em língua portuguesa, foi menos complexo para os inquiridos assim como para o investigador que não domina a língua gestual. Isso contribuiu também no ambiente de interacção entre os surdos inquiridos e o investigador e facilitou a compreensão do questionário e obter respostas rápidas e precisas. As questões desenvolvidas foram previamente elaboradas. Por um lado, as perguntas apresentadas foram extensas, mas muito simples a sua redação para facilitar a compreensão. Por outro lado e no decorrer da recolha das informações, os inquiridos responderam e participaram de forma livre e autónoma.

Como contextos relevantes para a investigação, foram escolhidos alguns bairros de Luanda nomeadamente: Rangel, Viana, Bela Vista, Prenda, Cassequel do Buraco, Camama, Escongolenses, Escola do Ensino Especial, Palanca (bairros onde moram os surdos que constituem a população, confirmado através dos questionários aplicados). Em geral foram inquiridas por questionários 16 pessoas com deficiência auditiva. Sendo que dos (16 questionários entregues apenas tivemos o retorno de 13). De realçar que os questionários foram entregues impressos, de forma individual aos participantes. Constou maioritariamente dos questionários perguntas fechadas, tendo sido utilizadas também questões mistas (semifechadas) e outras abertas para caracterizar a opinião dos inquiridos sobre alguns aspectos relacionados com a acessibilidade aos programas televisivos, à aprendizagem da língua gestual e sugestões para a grelha de programação televisiva. Os questionários foram aplicados de 10 a 23 de Janeiro do ano em curso. A recolha variou, porque alguns conseguiram entregar no mesmo dia e outros chegaram a levar uma a duas semanas.

Também foi possível conhecer através dos familiares e amigos durante as nossas conversas informais registadas sobre os aspectos de como os surdos assistem os programas da TPA, se assistem com frequência, se mostram interesse, motivação ou preferência por alguns programas e como reagem e se precisam de ajuda para compreender os conteúdos dos programas que acompanham.

A partir do diagnóstico realizado, foi possível conhecer o estado da problemática em estudo (levantamento do problema e necessidades).

2.2. Principais dificuldades

Desde o princípio da elaboração deste trabalho, pensei que seria fácil a obtenção de dados relativos ao assunto, mas a prática mostrou o contrário. A partida por condicionantes várias apenas um mês de pesquisa de terreno, o não domínio da LGA por parte do investigador e, por consequência, a necessidade de alguns participantes serem alfabetizados em português. Outro constrangimento com que me deparei foi em contactar o presidente da associação dos Surdos de Angola (ANSA) e respectivos membros. Uma situação que se deveu ao facto de a Associação Nacional de Surdos de Angola (ANSA) não ter instalações próprias o que dificultou o encontro com os mesmos. O incumprimento dos encontros marcados por parte da associação e das pessoas com deficiência auditiva foi outra dificuldade registada durante a pesquisa de campo, uma vez que alegavam falta de transporte para se deslocar ao local combinado, bem como razões pessoais o que obrigava a alteração do programa.

A falta de disponibilidade por parte do público alvo em preencher o questionário, foi outro impasse que se registou. No meu entender é resultado da longa experiência de desigualdades e injustiças como falta de oportunidades, discriminação, obstáculos linguísticos e comunicacionais, no acesso as informações que são veiculadas nos meios de comunicação social com particular realce na TPA e na interação com a comunidade ouvinte. Essa situação dificultou-me bastante, o que obrigou a contar com ajuda de um dos intérpretes da LGA de forma a garantir o contacto com os surdos para a colecta de uma correcta informação, assim como motivar-lhes.

Apesar das pessoas com deficiência auditiva frequentarem o ensino para serem alfabetizadas ainda enfrentam problemas na aprendizagem em escrever o português. Nota-se nas respostas dadas nos questionários muitas falhas na escrita e algumas incongruências. Não foi possível contactar com o deputado da Assembleia Nacional por este não estar autorizado, uma vez que os deputados só podem prestar declarações, entrevistas mediante autorização expressa do Presidente da Assembleia Nacional.

Após o término do enquadramento metodológico é preciso fazer a abordagem teórica quanto à acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva, a relevância da televisão como meio de comunicação e a diversidade linguística que existe no contexto onde se desenvolve a investigação.

3. CAPÍTULO - CONSIDERAÇÕES SOBRE A ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

3.1. Considerações introdutórias

O reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência auditiva (surdas), no que tange à educação, à justiça, ao acesso à informação e seus direitos como pessoas, continua a ser uma preocupação. Já que para além da existência de leis é necessário implementar medidas e estratégias, que garantam sua efectividade e exercício nas diferentes esferas com particularidade na televisão como meio de comunicação e informação.

A acessibilidade é um conceito que envolve tantos aspectos do espaço físico, o espaço em que vivemos como do espaço digital (Torres, s/f 2002). Este factor é indispensável e imprescindível, pois é uma condição importante para a participação de todos os cidadãos independentemente dos prováveis obstáculos que elas tenham. Por isso consideramos a acessibilidade um direito que implica a possibilidade real e autónoma das pessoas de usar algo, implicando a eliminação das barreiras para o acesso a um determinado espaço físico ou à informação. Mas ainda assim, “não é possível afirmar que a acessibilidade das pessoas com deficiência já tenha sido concretizada, além de que a nível internacional os movimentos a favor da acessibilidade estão cada vez mais activos como é o caso do Brasil” (Torres, s/f 2002).

Para se garantir o acesso às informações via televisão, tendo em conta às características culturais e sociais das pessoas com deficiência auditiva, entendemos ser necessário primeiramente compreender o que se entende por deficiência auditiva. Segundo Espinola, deficiência auditiva é a “perda ou anormalidade da função anatómica /fisiológica do sistema auditivo e tem como consequência numa deficiência para ouvir, ou uma deficiência da acessibilidade ou linguagem oral” (Espinola, 2015:15). Como se pode depreender as consequências desta patologia, muitas das vezes de nascença, faz com que essas pessoas fiquem condicionadas, o que implica necessariamente a criação de condições que possam favorecer estes cidadãos de modo a permitir a sua participação na sociedade e evitar que se sintam excluídos.

A problemática das pessoas com deficiência auditiva e sua atenção como membros da sociedade tem sido objecto de análises e preocupação por parte das autoridades políticas e sociais em Angola, e especificamente pelo Ministério da Comunicação Social que tem monitorizado os *media* sobre o cumprimento da Lei nº 10/16 de Julho. Lei esta que reafirma, que “a promoção da acessibilidade constitui um elemento fundamental para a qualidade de vida das pessoas, sendo um meio imprescindível para o exercício dos direitos que são conferidos a qualquer membro de uma sociedade democrática, contribuindo decisivamente para um maior

reforço dos laços sociais, para uma maior participação cívica de todos aqueles que integram e, consequentemente, para um crescente aprofundamento da solidariedade no estado democrático de direito” (República de Angola 2016: 3205). Um direito que infelizmente ainda não é garantido de forma efectiva para as pessoas surdas na televisão pública de Angola (TPA).

Portanto é preciso que os meios de comunicação social angolano e em particular a TPA, criem iniciativas para garantir mudanças na sua programação em relação à acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva. Os exemplos de acções para garantia da acessibilidade na televisão em muitos países também podem ser aplicadas no contexto da TPA, pois que, até ao momento apenas o programa “Bom Dia Angola” tem intérpretes da língua gestual. A não observância da acessibilidade para essas pessoas nos diferentes espaços da TPA pode ser considerada uma discriminação a muitos usuários com esta deficiência. Pois que “o uso dos meios de comunicação implica a criação de novas formas de ação e de interação no mundo social, novos tipos de relações sociais e novas maneiras de relacionamento do indivíduo com os outros e consigo próprio” (Thompson, 1995). Daí que reforçamos a ideia, de que a acessibilidade para este grupo em estudo nos programas da TPA é possível, por se tratar de um elemento basilar para a qualidade de vida das pessoas, um veículo necessário para o exercício do seu direito e reforço dos laços sociais bem como para maior participação de todo o cidadão no desenvolvimento da sociedade.

3.2. Relevância da Televisão como meio de comunicação

A televisão é um dos meios massivos mais usados. Pois que ela tem a particularidade de transmitir som e imagens ao mesmo tempo. Para, além disso, é um meio tradicional com efectividade e rapidez para o seu acesso levando a quem assiste ao real. Segundo Torres, “A televisão começou como uma promessa de som e imagem, ainda no século XIX. Quando a tecnologia se desenvolveu, o seu devir não estava ainda traçado pela sociedade e pela política. Previu-se que viesse a ser um telefone com imagem” (Torres, 2014: 1). Mas (Cardoso, Espanha e Araújo 2009:248), entendem que “a televisão tem vindo a reinventar-se, tentando alterar a sua imagem de um meio passivo para um meio activo. De facto, o discurso actual acerca da televisão sugere que o sucesso depende da sua eventual capacidade de redefinir a sua identidade enquanto um meio activo, capaz de captar a atenção dos espectadores e de gerar envolvimento por parte da audiência” Isso mostra claramente que face às constantes transformações das tecnologias de informação, a televisão também teve que evoluir para acompanhar às mudanças da globalização e se adequar as exigências de um mundo em constante actualização devido ao surgimento massivo de outras vias de comunicação e informação.

Nesta sentido, apesar deste *media* ter uma visualização muito simples para todas as pessoas, a TPA ainda apresenta dificuldades na garantia da acessibilidade dos conteúdos para as

peças com deficiência auditiva. Pois que para além das melhorias e avanços tecnológicos, neste domínio as pessoas surdas não desfrutam devidamente do que é transmitido. Logo é papel deste órgão de informação garantir o acesso dos cidadãos as informações recolhidas e produzidas pelas diversas agências estatais, com a garantia de meios e condições para efectivação deste acesso, conforme assevera (Cepik, 2000).

Para Macluhan (1964: 31), a “adaptação da TV a processos, mais do que a produtos nitidamente acondicionados, explica a frustração da experiência de muita gente ante sua utilização para fins políticos”. Sobre esse aspecto, Thompson (2017:22) também faz referência que “com o desenvolvimento da imprensa e de outras mídias, os líderes políticos ganharam cada vez mais um tipo de visibilidade que se desvincula de sua aparição em pessoa diante de um público reunido”. No nosso estudo em concreto, nota-se claramente uma falha naquilo que é o real papel da televisão que ao invés de se limitar a servir questões de âmbito político, com a promoção dos seus interesses, devia primar pela sua essência como meio fundamental na prestação de um serviço público de qualidade para todos os cidadãos. De acordo com Gomez (2005) “a própria TV tem uma influência importante na constituição particular do telespectador”. Só que para percebermos devidamente esta capacidade influenciadora, temos que entender que a televisão é também um meio técnico de comunicação e difusão de notícias e um estabelecimento igualitário produtor de significados, definida de acordo com a história como tal e dependente política, econômica e cultural. Essa particularidade da televisão lhe impõe à mesma um carácter exclusivo que a diferencia de outras instituições, como por exemplo, a rádio, o jornal e ao mesmo tempo dá soluções para aumentar a capacidade legitimadora sobre quem a usa.

A televisão continua a ser um meio tradicional de grande destaque. Serra (2007:98) realça que “não é menos verdade que esses meios de comunicação permitem fazer chegar, potencialmente, a todos os homens de todos os lugares e condições, as informações, as notícias, mesmo as diversões que permitem a sua integração no todo social”. Comparativamente com outros meios de comunicação, é inquestionável que a TV chega a ser mais completa tendo em conta a sua dupla funcionalidade, ou seja, transmite imagens e som ao mesmo tempo, dando possibilidade de quem a utiliza compreender melhor os factos reportados. Em relação à rádio e apesar da sua indiscutível importância, uma vez tratar-se de um meio dinâmico capaz de fazer chegar rapidamente às notícias produzidas, a rádio para a nossa temática afigura-se como uma barreira tendo em conta as limitações físicas das pessoas em estudo. Relativamente à imprensa escrita entendemos que as dificuldades podem a vir a ser maior, uma vez que todas as pessoas com limitações auditivas necessariamente deviam saber ler, facto que não acontece no contexto angolano. A profissão de Jornalista que exerço e fruto de algumas reportagens feitas nesta área, permitiu constatar que o ensino especial ainda não está disponível em todo o país com excepção das zonas urbanas, ou seja, nas sedes capitais das províncias.

Até há pouco tempo, era impossível pensar que uma pessoa surda poderia compreender e beneficiar de informações sem intermediários, pois que para além do baixo nível de Literacia os mesmos se viam limitados por falta da interpretação em língua gestual bem como na ausência de legendas na TV. Hoje, já é possível combinar a apresentação da informação de formas múltiplas, seja através de um intérprete ou legendas, bem como também já se pode criar um espaço para o ensino da língua gestual. De acordo com Carvalheiro (2018) a “constituição de um novo meio de comunicação não implica apenas a criação de práticas profissionais capazes de gerar conteúdos, mas também envolve a produção de uma audiência, e não apenas na sua formação objectiva”. Portanto, os meios de comunicação e em particular a TPA devem ter condições que garantam a acessibilidade para todos os cidadãos com particular atenção para com os indivíduos com deficiência auditiva, uma vez tratar-se de um direito plasmado no artigo 40º da constituição de Angola que salienta “que todos têm o direito de exprimir, divulgar e partilhar livremente os seus pensamentos, as suas ideias e opiniões, pela palavra, imagem ou qualquer outro meio, bem como o direito e a liberdade de informar, de se informar e de ser informado, sem impedimentos nem discriminações” (CRA, 2010:19).

Entretanto para que o objecto principal da televisão de prestar serviço público se cumpra de forma efectiva e abrangente é importante que se tenha em atenção todos os estratos da sociedade independentemente da sua condição física, económica e social. Desta forma se estaria a propiciar aos cidadãos angolanos com esta deficiência, condições para que possam ter acesso à informação e compreender os conteúdos não só dos principais espaços de informação, mas também ter acessibilidade dos conteúdos de outros espaços culturais do seu interesse.

3.3. Língua Gestual e importância na acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva

Angola é um país com um mosaico linguístico diversificado, aonde para além do Português, a língua oficial de comunicação, sobressai também outras línguas nacionais nomeadamente o Kimbundu, Umbundu, Tchokwe, Ganguela, Hyaneka Umbi, Kwanhama, Fyote e Kikongo, apesar de ainda não estarem reconhecidas pelo ministério da cultura segundo fontes próximas ao processo. Nesta variedade de línguas é possível encontrar também a língua gestual idioma das pessoas com deficiência auditiva (surdos).

Feita a descrição do leque de línguas angolanas, partimos para a língua gestual como tal. Segundo o dicionário da língua gestual angolana, “a LGA é uma língua conformada por um conjunto de sinais, muitos deles abstractos, os quais permitem produzir factos linguísticos compreensíveis” (Valdez e Manuel, s.a.:15). Por este facto, os dois autores do dicionário da LGA, entendem que “ é imprescindível que as pessoas surdas, em primeiro lugar, saibam

valorizar e desejam aprender a sua língua a qual se ajusta à forma de percepção visual do mundo que os surdos têm” (idém: 15). Apesar da sua complexidade a língua gestual pode ser aprendida por qualquer um, desde que tenha força de vontade e disponibilidade.

É importante salientar que esta língua tem sido usada também no processo de comunicação entre pessoas que falam diferentes línguas, mas tendo em consideração que são muitos os surdos, se uniformizou uma linguagem gestual geral, entre as pessoas que falam de forma oral.

É assim que a nível internacional houve a necessidade de se formalizar as línguas gestuais. Em 1620 publicou-se o alfabeto manual, redução das letras e arte para ensinar a falar os mudos, onde Juan de Pablo Bonet propôs o método de ensino oral para os surdos com o uso de gestos alfabéticos configurados com as mãos, para melhorar a comunicação entre os surdos. O alfabeto manual foi divulgado em alguns países como Espanha, França e Itália.⁴

Daquilo que é o senso comum e fruto da convivência com algumas pessoas com deficiência auditiva (surdas) nota-se que muitos deles apresentam limitações na satisfação das suas necessidades no seu dia-a-dia, principalmente relacionadas com a capacidade de comunicação com outros indivíduos que os rodeiam. Virole (2000, apud Favéro e Pimenta 2006) considera que “embora ainda haja defensores da oralidade, sobretudo no meio escolar, a língua de sinais ou gestual é um instrumento adequado para o surdo construir seu conhecimento”. Por sua vez Felipe (1997, apud Favéro e Pimenta 2006: 226), ressalta que “por meio da língua de sinais é possível à expressão de conteúdos sutis, complexos ou abstratos, de modo que os seus usuários podem discutir qualquer área do conhecimento”. Portanto LG, para além de desempenhar um papel preponderante na comunicação é um elemento fundamental na exteriorização do pensamento do indivíduo neste caso surdo.

No caso concreto de Portugal, (Neves, 2007:10) salienta “este grupo heterogêneo da comunidade dos surdos, vêm à língua Portuguesa como segunda língua, visto terem como língua materna a Língua Gestual Portuguesa (LGP).” Já (Cabral, 2009:16), no seu artigo sobre gestos que falam entende que “o reconhecimento da presença dupla da LGP e da língua Portuguesa no espaço da escola supõe o entendimento das funções de cada uma: Língua para comunicação presencial, ela própria alvo de estudo específico e língua de acesso ao currículo, à primeira; língua de alfabetização, também ela transversal ao currículo, a segunda, sequencial da aprendizagem da primeira língua num processo de alfabetização visual.” Sendo assim podemos referir que tanto uma como outra língua é importante para a vida das pessoas com deficiência auditiva e conseqüentemente para o seu desenvolvimento, pois que apesar das limitações que

⁴ . Alfabeto manual “Redução das letras e arte para ensinar a falar aos mudos, de Juan de Pablo Bonet. Disponível em: <http://bibliotecadigitalhispanica.bne.es>

enfrentam os surdos têm a possibilidade de aprender a língua de alfabetização uma vez que as duas se relacionam por serem línguas naturais humanas que têm propriedades comuns.

Em geral as línguas gestuais se desenvolvem independentemente da linguagem oral, mais se considera que num país onde usam diferentes línguas orais é possível utilizar uma língua gestual comum. Por isso, partilhamos da ideia de que o processo de aquisição da linguagem tem lugar no meio social durante o processo de interação social. Por este motivo (Viana, 2016) considera que “a língua de sinais como língua natural dos surdos se organiza em todos os níveis gramaticais (fonológico, morfosintático, semântico e pragmático) prestando-se às mesmas funções das línguas orais.” Por sua vez (Bernardino, 2000) entende que o objectivo da aprendizagem da língua oral é integrar os surdos na sociedade, por isso (Claro, 2004) salienta ser importante o reconhecimento do papel das comunidades surdas na validação do seu idioma, cultura e identidade, tendo em conta que estas podem melhorar e acrescentar as oportunidades das pessoas surdas para seu desenvolvimento. Sendo assim é preciso ter em conta todos esses aspectos e características para inserção dos cidadãos com problemas auditivos na sociedade e consequentemente a sua motivação na programação televisiva da TPA.

O conhecimento empírico que temos baseado na convivência com este grupo alvo do nosso estudo mostra que muitos membros de famílias com pessoas surdas, não conhecem a língua gestual, por esta razão Adriano na sua tese de doutoramento feita no Brasil espelha que “uma família ouvinte, falante do português, quando há um filho surdo, emergem sinais convencionados no próprio lar devido à crise comunicativa que se estabelece, já que os pais ouvintes não conhecem uma língua de sinais e o filho surdo não consegue ter acesso à língua oral de seus parentes, por causa da surdez” (Adriano, 2009:179). Portanto para o caso concreto dos surdos angolanos a primeira língua é a gestual e a segunda é a oficial, por este motivo defendemos que, a LG deve ser inserida nos variados programas da TPA e ainda ensinada para permitir que tanto as pessoas surdas como os integrantes das suas famílias aprendam a mesma língua e facilitar a comunicação.

3.4. Deficiência auditiva e suas implicações

Nesta secção procuramos apresentar os diversos pontos de vista de alguns autores no que concerne ao conceito da deficiência, uma vez que a nossa investigação aborda a questão da acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva na Televisão Pública de Angola.

O artigo número 2 da Lei angolana da pessoa com deficiência define a pessoa com deficiência como sendo “aquela que, por motivo de perda ou anomalia, congénita ou adquirida, de funções psicológicas, intelectuais, fisiológicas, anatómicas ou de estruturas de corpo, apresente dificuldades específicas susceptíveis de, em conjugação com os factores do meio, lhe limitar ou dificultar as actividades e a participação em condições de igualdade com as demais pessoas”

(Diário da República, 2012:3256). Quer queiramos ou não, a deficiência assume-se como uma condicionante na vida de quem a tem, impedido o seu normal desempenho na sociedade onde esteja inserido, seja ela qual for a deficiência. Andrada classifica “a deficiência em nove tipos: deficiência intelectual, deficiência psicológica, deficiência de linguagem, deficiência auditiva, deficiência de visão, deficiência de outros órgãos, deficiência músculo-esquelética e deficiência estética” (Andrada, 2001:33). Já o Modelo Social e da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), da organização mundial da saúde em 1980 indica que o termo deficiência implica “alterações ao nível das funções e limitações nas actividades, ao nível da comunicação, aprendizagem, mobilidade, autonomia, relacionamento interpessoal e participação social, que não ficam solucionadas com a utilização de uma ajuda técnica, à qual está associada uma ou mais alterações permanentes nas funções do corpo” (Casanova, 2008: 4 e 5). Uma ideia, que discordamos porque entendemos que é possível atenuar o impacto dos efeitos da deficiência adoptando medidas que visam garantir condições para que estas pessoas se sintam inseridas, valorizadas e consequentemente possam ser úteis ali aonde poderem dar o seu contributo.

Portanto os argumentos apresentados pelos autores acima apesar de convergirem, os direitos das pessoas limitadas por qualquer deficiência devem ser tidos em conta.

4. CAPÍTULO - POLÍTICAS E DIREITOS PARAS AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

4.1. Direitos internacionais e nacionais para as pessoas com deficiência auditiva

Nesta secção pretende-se classificar as principais leis e normas que protegem as pessoas com deficiência auditiva (surdos), fundamentalmente as que se referem à acessibilidade na televisão, conforme descrevemos em seguida.

Para além de Angola muitos são os países que têm legislações sobre os direitos das pessoas com deficiência como, por exemplo, Portugal, que na Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2003 aprovou o Plano Nacional para a Participação dos Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação. Trata-se de um “documento com uma componente fortemente operacional, destacando-se a identificação de prioridades de actuação que congregam acções e projectos para os cidadãos com necessidades especiais no contexto de desenvolvimento da sociedade da informação” (Presidência do Conselho de Ministros, 2003, para. 5).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê no art. 37, n.º 1, 2ª parte, e art. 16. n.º 2 o direito de informar, de se informar e de ser informado. A par da Declaração Universal dos Direitos Humanos, juntam-se também as regras gerais sobre a igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência, adoptadas pela resolução 48/96 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 20 de dezembro de 1993 que tem em conta as pessoas com deficiência e a acessibilidade na televisão. A referida resolução destaca o seguinte:

- ❖ Desenvolver estratégias com o objectivo de tornar a documentação e os serviços de informação acessíveis a diferentes grupos de pessoas com deficiência. A fim de permitir o acesso de pessoas com diminuições visuais à informação escrita e de igual forma, deve recorrer-se aos meios tecnológicos adequados para permitir o acesso à informação oral por parte de pessoas com diminuições auditivas ou dificuldades de compreensão.
- ❖ Deve ser considerada a possibilidade de utilizar a linguagem gestual nos meios de comunicação audiovisuais, na educação das crianças surdas, no seio das respectivas famílias e comunidades.
- ❖ Deve também ser garantida a prestação de serviços de interpretação de linguagem gestual, a fim de facilitar a comunicação entre as pessoas surdas e as outras pessoas (Ministério Público de Portugal, gabinete de documentação e direito comparado, 1993).

Preocupado com esta realidade, “o governo angolano aprovou para adesão a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de 11 de Dezembro de 2006, e o seu Protocolo

Adicional por via da resolução n.º 1/13, de 11 de Janeiro, da Assembleia Nacional, tendo depositado os instrumentos da ratificação no dia 19 de Maio de 2014, numa clara reafirmação do seu compromisso relativamente à protecção e promoção dos direitos humanos deste grupo da população. O principal objectivo da adesão é promover, proteger e garantir o pleno e igual gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, bem como o respeito pela sua dignidade” (CIERN DH, 2016:12).

A par destas acções o Estado angolano também desenvolveu um conjunto de Políticas Públicas que atendem pela efectivação dos direitos das pessoas com deficiência. Entre elas podemos aqui destacar algumas:

- a) Decreto Presidencial 12/16, de 15 de Janeiro, Regulamento sobre a Reserva de vagas e procedimentos para a contratação de pessoas com deficiência. (estabelece que as instituições públicas e privadas são obrigadas a reservar postos de trabalho igual ou superior a 6% para pessoas com deficiência, sendo 4% para o sector público e 2% para o sector privado).
- b) Decreto Presidencial 207/14, de 15 de Agosto, sobre a Estratégia de Intervenção para a Inclusão Social da Criança com Deficiência. (Visa estabelecer as intervenções multisectoriais e multidisciplinares que garantam as condições de desenvolvimento das crianças com alterações nas funções ou estruturas do corpo, que limitam o crescimento pessoal e social).
- c) Lei nº 21/12, de 30 de Julho, Lei da Pessoa com Deficiência. (estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção, habilitação e participação da pessoa com deficiência na vida social).

Portanto, o acesso à informação e à televisão é para todos, pelo que a ausência ou limitação do acesso constitui uma infracção desse direito internacional e nacional.

A Lei da Acessibilidade é outro documento que o governo de Angola, ao aprovar “prevê a construção de um sistema global, coerente e ordenado em matéria de acessibilidades, de forma a proporcionar às pessoas com deficiência condições iguais às das outras através da eliminação de barreiras arquitectónicas, comunicacionais, atitudinais, instrumentais e metodológicas, permitindo o acesso a todos os sistemas e serviços da comunidade e criando condições para o exercício efectivo de uma cidadania plena” (CIERN DH, 2016:23). Com isso se pode compreender, que a partir dessas disposições sobre as acessibilidades, continua a constituir preocupação das autoridades, a atenção às pessoas com deficiência, lutando na salvaguarda dos direitos e garantias aprovados na lei.

Contudo apesar da existência de Leis Constitucionais regulamentadas pelo Estado Angolano, estas ainda não se fazem sentir na prática e os problemas das pessoas com deficiência auditiva persistem e sem solução. Pelo que a luta pelos direitos dos surdos como pessoas com deficiência continua, no que tange à acessibilidade na TPA como meio de informação fundamental. Daí ser necessário inserir medidas e aperfeiçoar as estratégias que garantam a acessibilidade dessas pessoas na programação televisiva. Neste sentido considera-se importante, prestar atenção à formação de intérpretes da língua gestual para cumprir com o estabelecido nas

diversas leis que espelhamos nesta secção em relação à acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva.

4.2. Legislação e políticas de informação nos meios de comunicação em Angola

Facilitar o acesso das pessoas com deficiência auditiva às transmissões televisivas em Angola é um dos objectivos do Ministério da Comunicação Social. Tendo em atenção ao cumprimento dos direitos constitucionais do país, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Lei de Imprensa n.º 07/06 de 15 de Maio, que reflectem o pensar e sentir da sociedade sobre a radiodifusão em Angola.

No entanto a secção III, do artigo 44 do projecto Lei sobre o exercício da actividade de Televisão em Angola reporta que:

- 1- As emissões devem ser faladas ou legendadas em português ou em outras línguas nacionais, sem prejuízo da eventual utilização de qualquer outra língua quando se trata de programas que preencham necessidades pontuais de tipo informativo ou destinados ao ensino de idiomas estrangeiros.
- 2- Os serviços de programas televisivos de cobertura nacional, com excepção daqueles cuja natureza e temática a tal se opuserem, devem dedicar pelo menos 50% do tempo das suas emissões, com exclusão do tempo consagrado à publicidade, televenda e teletexto, à difusão de programas originariamente em língua portuguesa.
- 3- Os operadores de televisão devem veicular informação em línguas nacionais. (Projecto Lei exercício da actividade de tv, 2010:23)

Face às disposições acima referidas acreditamos estarem criadas as condições para que pelo menos em termos legais a TPA possa dar passos que visam defender os interesses da pessoa surda. Porque as disposições são claras e o seu incumprimento revela uma autêntica contradição ao previsto por lei. Por isso reafirmamos que é papel do Estado através das instituições a quem de direito a responsabilidade de garantir que os operadores que actuam ao abrigo do serviço público de televisão cumpram com os seus deveres específicos.

Esse nosso ponto de vista anterior é reforçado, pelo o artigo 13º do projecto Lei de televisão que faz alusão que constituem fins da actividade de televisão o seguinte:

- ✓ Contribuir para o pluralismo político e informativo, garantindo aos cidadãos o direito de informar, de se informar e de ser informado;
- ✓ Contribuir para a promoção da cultura nacional, assegurando a liberdade de expressão e o confronto das diversas correntes de opinião; através do estímulo à criação e à livre expressão do pensamento e dos valores culturais que exprimem a identidade nacional;

- ✓ Contribuir para a defesa e divulgação das línguas nacionais e da Língua Portuguesa como língua oficial;
- ✓ Promover o respeito pelos valores éticos e sociais da pessoa humana e da família;
- ✓ Contribuir para o bem comum e para a educação das populações;
- ✓ Contribuir para a defesa da integridade territorial, da unidade nacional e da soberania.

Seguramente estes pressupostos legais espelham bem a necessidade de se ter em conta os cidadãos e para o nosso estudo reforça a ideia de que cabe a TPA, órgão de comunicação social detentor do serviço público, cumprir de forma escrupulosa o seu papel de formas a dar possibilidade que todos os cidadãos se sintam incluídos na sua programação. Sobre este aspecto, a constituição da República de Angola consagrada na secção sobre igualdade no seu Artigo 23 o seguinte:

- ✓ Todos os cidadãos são iguais perante a constituição e a lei.
- ✓ Ninguém pode ser prejudicado, privilegiado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão da sua ascendência, sexo, raça, etnia, cor, deficiência, língua, local de nascimento, religião, convicções políticas, ideológicas ou filosóficas, grau de instrução, condição económica ou social ou profissão (Constituição de Angola, 2010: 15).

Pese embora as leis e normas estabelecidas em Angola, para a efectivação da acessibilidade das pessoas com deficiência a partir da supressão de barreiras, neste caso de comunicação oral, escrita e de sinais, o acesso dos surdos à informação e fundamentalmente televisiva, ainda apresenta significativas restrições. Com isso os surdos angolanos estão prejudicados na acessibilidade aos programas das estações televisiva do país com particular atenção na TPA, os quais precisam urgentemente mudar suas estratégias para cumprirem o seu papel como meio de comunicação social e de integração a partir da inclusão dos surdos.

4.3. Caracterização da Televisão Pública de Angola

As primeiras experiências em Televisão em Angola começaram em 1962 com a Rádio Clube da Nova Lisboa (actual Huambo). Em 1964 teve início em Benguela e depois em 1970 em Luanda, onde se expandiu para as demais regiões de Angola a partir de 1979 (Coelho 1999:147 apud Mainsel, s.a).

Com a independência nacional, a estação de Televisão passou a designar-se de Televisão Popular de Angola, pese embora só em 1991, sofreu alterações na grelha de programação. Uma programação televisiva mais nacional e social, em resposta aos objectivos e funções dos meios de comunicação social foi o que se pretendeu na altura.

Entretanto com a regulamentação governamental nº 66/97 do canal em 1997, voltou a ser alterado o nome para Televisão Pública de Angola (TPA), designação com a qual até hoje é

conhecida a maior estação pública do país. Actualmente a estação televisa conta com três canais nomeadamente o canal 1, 2 e o internacional que surgiu em função da necessidade de se evoluir para a emissão internacional, transmitida para a Europa via satélite.

A TPA-1, assim como a TPA-2 são canais generalistas, segundo a classificação dada pelo artigo 11 do projecto Lei sobre o exercício da actividade da Televisão em Angola, o qual refere que se consideram generalistas os programas que apresentam uma programação diversificada e de conteúdo genérico. (Projecto Lei sobre o exercício da tv, 2010:9) Por se tratar de canais generalistas, é possível inserir outras línguas como a gestual nos restantes programas da TPA, para contribuir no desenvolvimento das pessoas com deficiência auditiva e concomitantemente dar solução ao fenómeno da acessibilidade, tendo em conta que a língua gestual é a língua de comunicação dos surdos, e também considerada entre a diversidade linguística em Angola.

Neste momento a TPA conta com dois intérpretes da língua gestual, que têm a missão de semanalmente prestar o serviço de interpretação no Programa “Bom dia Angola”. Só que das três horas destinadas ao referido programa, a interpretação é feita apenas em uma hora, das 7 às 8. A par disto a TPA ainda não presta os serviços de legendagem que poderia ser outro veículo para auxiliar as pessoas com deficiência auditiva (surdos) e aqueles que não falam o Português, no caso concreto para os cidadãos estrangeiros que visitam o país. Uma realidade que pensamos que se pode inverter, caso a Televisão Pública de Angola passe a cumprir escrupulosamente com o seu papel de prestar serviço público com responsabilidade e pluralidade.

4.4. As estratégias de Acessibilidade na programação da Televisão Pública de Angola

O processo de garantia da acessibilidade nos meios audiovisuais para as pessoas com deficiência auditiva em Angola tem as suas especificidades e obriga a criação de um conjunto de estratégias e condições próprias que facilitam a acessibilidade.

De acordo com o (Código de Conduta e Ética da TPA, 2014:8), os serviços públicos prestados pela TPA são, por natureza universal, permitindo o acesso à generalidade da população, incluindo das regiões menos povoadas, isoladas ou periféricas. Em relação ao Pluralismo, estão na procura de um equilíbrio da programação no sentido de corresponder aos usos, tradições e interesses das populações das diferentes regiões do país e também que a programação da TPA deve reflectir a pluralidade de opiniões, permitindo a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião.

Quanto a Cultura, o código de conduta e ética da TPA, refere que a estratégia passa em manter referências de qualidade numa programação diversificada-cultural, educativa, documental e informativa e recreativa nomeadamente: da Dança, da Literatura e da Pintura

angolana, assim como assumir uma programação que contribua para a formação e desenvolvimento do gosto e estimule a criação artística.

No que diz respeito ao interesse das minorias a TPA procura promover a possibilidade de acompanhamento das emissões por pessoas surdas ou com deficiência auditiva ou outro tipo de deficiência prevista na Lei, designadamente de modo a garantir essa possibilidade, incluindo conteúdos de informação. Além disso, procura-se introduzir nos seus equipamentos as inovações técnicas para melhorar a eficácia e qualidade do serviço público que presta, bem como acompanhar a evolução do processo da Televisão Digital Terrestre.

No que se refere à matéria de informação, a TPA tem obrigações específicas em proporcionar uma informação rigorosa, independente e pluralista, assim como garantir a cobertura noticiosa dos principais acontecimentos nacionais e internacionais. Em matéria de programação esta estabelecido desenvolver uma programação variada e abrangente que promova a diversidade cultural e tenha em conta os interesses das minorias, bem como produzir e transmitir programas educativos, assim como promover as línguas nacionais, assim como corresponder às aspirações dos diversos públicos sem qualquer forma de exclusão social. Entre outras obrigações, destaca-se em garantir o acompanhamento das emissões de televisão por pessoas com necessidades especiais.

É importante lembrar que o principal problema das pessoas com deficiência auditiva está na informação que os órgãos de comunicação social audiovisuais passam. A compreensão dos conteúdos transmitidos tem sido difícil, pelo simples facto desses meios audiovisuais e no caso concreto da TPA não possuir nos seus variados programas tanto informativos como de entretenimento intérpretes da língua gestual com excepção do programa “Bom Dia Angola”.

O serviço público de televisão é atribuído à Televisão Pública de Angola, em regime de concessão, nos termos estabelecidos pela Lei, além disso, o estado assegura que os operadores que actuam ao abrigo de concessão do serviço público de Televisão cumpram as obrigações específicas nos termos da lei (Projecto Lei de exercício da actividade da tv, 2010:8). Face, a isso é importante que a TPA crie condições com vista a cumprir com as suas responsabilidades e conseqüentemente dar resposta às necessidades deste público alvo garantindo assim um serviço público de qualidade e abrangente a todos os estratos da sociedade independentemente da sua condição. É preciso então introduzir inovações técnicas (closed caption; legendas) assim como acrescentar o número de intérpretes da LGA, para garantir a acessibilidade dos surdos nos programas da TPA.

4.5. A Língua gestual na Televisão Pública de Angola

A pouca utilização de intérpretes da língua gestual angolana e outros recursos de facilitação da comunicação nos diversos programas da Televisão Pública de Angola, faz com que as pessoas com problemas auditivos se sintam prejudicadas e conseqüentemente excluídas do mundo da informação. Assim um dos desafios que as pessoas com deficiência auditiva têm de ultrapassar, é o acesso aos programas da televisão, o que constitui uma barreira no desenvolvimento desta franja da sociedade angolana.

Embora existam leis e normas que salvaguardam os direitos dos surdos angolanos quanto a de informar, de se informar e de ser informado, assim como alíneas relacionadas com a acessibilidade que a televisão como meio de comunicação tem estabelecido quanto ao tempo de língua de sinais, não resta dúvidas que a problemática da acessibilidade na TPA deve ser revista porque é quase impossível senão mesmo impossível informar em língua gestual em apenas uma hora numa emissão de 24 horas.

Por este motivo é necessário assinalar que até agora a comunidade das pessoas com deficiência auditiva (surdas) em Angola, não têm se revisto nos serviços da Programação TPA. Os únicos intérpretes da Língua Gestual se limitam somente no Programa “Bom Día Angola”. Por outro lado o ensino de Língua Gestual Angolana, ainda é deficitário uma vez que nem todos têm acesso a este ensino. Sendo assim, torna-se importante para toda a sociedade e fundamentalmente para as pessoas com deficiência auditiva o conhecimento da LGA como veículo de comunicação. Neste campo, os maiores desafios que se colocam a TPA, referem-se a uma capacitação dos indivíduos sobre a língua gestual, a introdução de intérpretes nos demais programas da TPA, assim como exercerem e valorizarem as técnicas de acessibilidade usadas neste meio de comunicação para fazer mudanças que garantem o acesso dos surdos nos programas Televisivos e sua integração social.

Finalmente a TPA precisa mudar a sua estratégia de acessibilidade para cumprir o seu objectivo como meio de comunicação. No capítulo seguinte vamos apresentar e analisar os dados obtidos durante a investigação.

5. CAPÍTULO - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1. Análise dos Resultados

Este estudo levou-nos a desenvolver uma pesquisa de campo durante um mês em Luanda capital de Angola. A ideia foi tentar perceber como é que as pessoas com deficiência auditiva tinham acesso aos programas da Televisão Pública de Angola, assim como as estratégias de comunicação que são usadas neste meio público de comunicação que são usadas nesse meio público de comunicação em Angola. Para o levantamento dos dados, foi necessário fazer uma análise exploratória, como primeiro passo para a realização da investigação desenvolvida no ano 2018.

Da análise exploratória feita às pessoas com deficiência auditiva (surdas), aos intérpretes da LGA da TPA, há Associação Nacional de Surdos de Angola (ANSA), bem como ao administrador de conteúdos da TPA e ao assessor do Director Nacional do Ensino Especial permitiu determinar com precisão os problemas, como os resolver, os recursos disponíveis e os factores que serão determinantes no contexto investigado. Este estudo exploratório foi decisivo para a análise da problemática e o desenho das acções para a resolução do problema. A seguir se apresenta primeiramente uma abordagem de proximidade com os surdos, com o responsável da ANSA, com o assessor da Direcção Nacional do Ensino Especial, intérpretes da língua gestual, o administrador para conteúdos da TPA, os quais foram inquiridos através de entrevistas e questionários previamente elaborados pelo investigador.

5.1.1. Abordagem da pesquisa de campo

Na elaboração deste trabalho a pesquisa de campo, parecia ser um processo mais simplificado, foi na verdade para mim um momento de muito complicado, em que cheguei até a pensar em desistir.

Enfrentámos inúmeras dificuldades na obtenção da informação para esta pesquisa, a começar pelo contacto com as pessoas responsáveis pela Associação dos surdos de Angola (ANSA) e das demais pessoas que lidam directamente com esta matéria, mas a persistência ajudou-nos a conseguir chegar a bom porto.

Em face dessa situação de impasse, tive que buscar alternativas buscando informações de amigos que conheciam algumas pessoas surdas, onde fui deixando os questionários para o devido preenchimento, só que nem todos se mostravam disponíveis em preencher o documento. Primeiro porque tinham bastante dificuldade por considerarem que era muito longo, prejudicando a sua motivação para participar no estudo. Essa dificuldade criou também vários embaraços, tendo em conta que a língua que utilizamos para comunicar, não sendo a língua

deles, representa ainda para os surdos todas as dificuldades que eles vivem. Um factor determinante é que muitos deles apesar de estarem a frequentar o ensino e serem alfabetizados, ainda enfrentam dificuldades em escrever o português, o que torna a tarefa mais difícil e nada agradável.

Diante de todas essas vicissitudes, dos dezasseis (16) questionários distribuídos apenas treze (13) foram devolvidos. Quanto ao presidente da ANSA, depois de vários contactos mantidos e encontros não realizados, indicou o Secretário Nacional da Associação para responder as questões. Este prontamente marcou a data e o local em que nos encontramos e de forma clara, apesar da nossa comunicação ser muito limitada porque o investigador não domina a LG, procedeu ao preenchimento do questionário dirigido à associação, tendo sido necessário muitas das vezes escrever em uma folha para melhor percepção.

Outro grupo que mereceu a nossa atenção foi o dos intérpretes, a quem devo aqui reconhecer que jogaram um papel muito importante na concretização deste trabalho, pois que para além de preencherem os questionários dirigidos a eles, nos ajudaram a chegar a outras pessoas com deficiência auditiva.

Na verdade pelo facto destes serem colaboradores da Televisão Pública de Angola, e consequentemente colegas, contribuíram bastante, tendo os mesmos, ressaltado a importância do trabalho investigativo e solidário com a causa, pois que no seu entender esta franja da sociedade merece mais e maior atenção no concernente à garantia da acessibilidade. Ainda na Televisão Pública de Angola, foi possível realizar a entrevista com o administrador de conteúdos e informação que logo tomou contacto com o projecto se disponibilizou em conceder a entrevista, aonde ressaltou um conjunto de acções em curso para a salvaguarda deste direito.

Por outro lado, foi impossível ouvir um deputado na Assembleia Nacional porque os mesmos não prestam qualquer informação sem a devida autorização do presidente da AN, que na altura em que desenvolvíamos a pesquisa de campo se encontrava de férias, e quem o substitui não anuiu até à data do nosso regresso. Ao nível do Ministério da Educação, falamos com o Director Nacional do Ensino Especial, que também se mostrou indisponível e orientou o seu assessor que concedeu a entrevista. Em suma, durante a pesquisa de terreno foi possível realizar duas entrevistas, uma com o administrador para Conteúdos e Informação da TPA e outra ao assessor do Director Nacional do Ensino Especial do Ministério da Educação e aplicamos três tipos de questionários para grupos alvo diferentes, sendo 13 a pessoas com deficiência auditiva, dois aos intérpretes da língua gestual da TPA e um à Associação de Surdos de Angola (ANSA).

5.1.2. Análise do questionário aplicado à Associação Nacional de Surdos de Angola

Durante a pesquisa foi aplicado em Luanda, um inquirido por questionário ao secretário da ANSA com o objectivo de aprofundar sobre a população dos surdos em Angola e sua acessibilidade à informação mediante a televisão como meio de comunicação social. Primeiramente foram analisados os dados pessoais do Secretário Nacional da ANSA inquirido mediante um questionário segundo a (idade, género, grau académico, tempo no cargo e de serviço na ANSA). O mesmo situa-se no intervalo de 30 – 35 anos, pelo que se classifica como adulto jovem. Suas habilitações académicas são do Ensino Médio. (4 anos de estudo e especializado em pedagogia). O tempo de serviço na Associação Nacional dos surdos situa-se no intervalo de mais de 10 anos, pois começou em 2006. Consideramos que constitui um sujeito chave para a investigação pelo conhecimento que possui em relação aos surdos em Angola.

A segunda parte do questionário que lhe foi aplicada é constituída por questões relacionadas com a população geral de surdos em Angola, fundamentalmente em Luanda e Cunene. Foi também objectivo do questionário saber da ANSA a questão da acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva nos programas da TPA e o uso da Linguagem Gestual no país.

Colocámos questões relacionadas com o conhecimento do inquirido, em relação aos surdos em Angola. O mesmo referiu que 1500 membros estão registados na associação em Luanda e que os demais ainda não foram contabilizados e cadastrados, o que demonstra falta de conhecimento por parte da ANSA sobre o universo desta população, porque os resultados finais do Recenseamento Geral da População e Habitação de Angola realizado em 2014 revelam a existência de 656.258 com deficiência dos quais 35 664 cidadãos com deficiência auditiva (CIERN DH, 2014-2016:7). Desde o nosso ponto de vista, esse desconhecimento poderá incidir sobre o cumprimento insuficiente dos direitos das pessoas não contabilizadas pela Associação Nacional dos Surdos em Angola. Além disso, em análise à questão sobre a existência de algum estudo sobre a linguagem gestual no país o inquirido referiu que desconhece o que reflecte a necessidade de aprofundar nestas questões desde a ANSA como associação para garantir seus objectivos sociais, pese embora se considere que estudos do género não são de fácil acesso.

Em análise às questões sobre a acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva nos programas da TPA e o interesse das mesmas pela programação da TPA, o inquirido avalia a acessibilidade como suficiente. Entretanto salientou que no programa “Bom Dia Angola” só um intérprete que recebeu pouco (treinamento) da ANSA e a outra não domina bem as duas línguas dos surdos, ou seja, a LGA e a língua de sinais. Os restantes programas da TPA os surdos não entendem por falta de intérpretes. Destacou também, que as pessoas com deficiência auditiva têm sempre interesse pela programação da TPA e fundamentalmente nos programas noticiosos. Portanto no nosso entender a aqui certa contradição uma vez que o inquirido alega que em

relação à acessibilidade na TPA para as pessoas surdas é suficiente, mas por outra refere que não se entende quase nada do que é transmitido pelo facto de os programas não terem intérpretes. Também acrescenta que a língua gestual no programa “Bom dia Angola” não é importante porque a maioria das pessoas surdas no período que o programa é realizado já se encontra a trabalhar e outros nas escolas.

Partindo da sua opinião consideramos importante reflectir sobre a objectividade e o grau de tele-audiência das pessoas com deficiência auditiva que alcança o referido programa. No que se refere à Língua Gestual Angolana (LGA) considera que a maioria dos surdos conhece bem como dominam a LGA. Os que nunca foram na escola, usam a língua materna considerada aquela que se desenvolve no seio familiar desde a nascença ou ainda a língua de sinais que se assemelha muito da LGA. Neste caso nota-se que para o inquirido a LGA é conhecido por todos os surdos independentemente da diversidade das comunidades onde se desenvolvem, e sejam ou não alfabetizados. Sobre a sugestão de programas onde gostaria que a TPA inserisse a língua gestual assinalou programas de informação. Neste caso concordamos porque são programas de interesse social que podem contribuir para o desenvolvimento dos surdos na sociedade. Deu exemplo de países, como Portugal, Brasil e Estados Unidos da América, em que a inserção da língua gestual na Televisão é um dado visível.

5.1.3. Questionários aplicados aos intérpretes da LGA da TPA em Luanda

Com objectivo de avaliar o critério dos intérpretes acerca da necessidade de se inserir a língua gestual angolana na TPA, e garantir acessibilidade dos surdos aos programas televisivos, foram inquiridos mediante questionário os dois únicos intérpretes da LGA na TPA. Partindo de aspectos como idade, género, formação como intérprete, tipo e tempo de formação, forma de aprendizagem da LGA e outros.

Os intérpretes da LGA inquiridos, em relação à faixa etária, se situam no intervalo de 30 a 40 anos, considerado adultos jovens, uma mulher e um homem. Quanto às habilitações académicas, um dos inquiridos referiu que a sua formação tem equivalência de técnico superior, bem como já beneficiou de formações no ensino especial, no Ministério da Educação (MED) e no Instituto Nacional do Ensino Especial (INEE). Já o outro apesar de não responder à equivalência do nível académico fez apenas referência que beneficiou de acções formativas de intérprete, pela organização das testemunhas de Jeová, em Luanda bem como aprendeu a LGA no processo de interacção com a comunidade dos surdos e participou nos seminários e cursos de capacitação na ANSA.

Constatou-se que, um dos intérpretes tem mais de 10 anos de serviço, e o outro mais de 15 anos de trabalho como intérprete. Concluindo-se que os dois têm experiência como

intérpretes da LGA, o que favorece seu desenvolvimento profissional e pode garantir boa comunicação com os surdos. Os dois intérpretes inquiridos afirmaram que as pessoas com deficiência auditiva compreendem a sua interpretação. Em relação à satisfação das necessidades e interesses das pessoas com deficiência auditiva (surdos) nos programas da Televisão Pública de Angola em termos de conteúdos os inquiridos salientaram que não satisfaz. Solicitou-se a consideração dos intérpretes de LGA, sobre as causas que incidem desfavoravelmente na acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva (surdos) na programação da Televisão Pública de Angola. Um dos inquiridos referiu-se a barreiras na comunicação, acesso a mais informação (outros programas) e incumprimento da lei das acessibilidades; outro apontou a falta de acessibilidade comunicacional, falta de oportunidade de opinar e falta de legenda informativa. As respostas permitiram analisar que os dois inquiridos concordam que a comunicação é a principal causa que incide desfavoravelmente na acessibilidade dos surdos aos programas da TPA.

Na opinião destes intérpretes, o ensino da língua gestual angolana deve ser inserido na televisão como meio de comunicação. Concordando que tal irá facilitar a comunicação dos surdos com as pessoas que falam pelo que poderá permitir vencer as barreiras da comunicação. Tendo em conta suas experiências enquanto intérprete da língua gestual na Televisão, os dois consideram que as pessoas com deficiência auditiva (surdos) compreendem pouco os conteúdos passados nos programas da TPA. Argumentam que nem todos os surdos conhecem a Língua Gestual Angolana, referem ainda que o tempo é reduzido no único serviço de informação que tem a vertente de interpretação gestual. A par disso, os surdos pedem mais programas informativos com LGA. Apenas um dos intérpretes referiu que segundo os dados que conhece na província de Luanda aproximadamente são mais de duas mil e quinhentas pessoas com deficiência auditiva, tendo o outro intérprete afirmado que desconhece os dados.

Os intérpretes da LGA têm uma função importante na televisão, assumindo um papel de agente comunicativo para as pessoas com deficiência auditiva, pelo que do meu ponto de vista é fundamental que eles conheçam os níveis de audiências das pessoas que acompanham os serviços de tradução que eles brindam, em função da qualidade do serviço e garantir a melhor compreensão dos conteúdos. Inquiridos sobre se existe algum estudo sobre a Língua Gestual em Angola, só um disse que sim, que estão a se desenvolver estudos relevantes ao respeito no Instituto Nacional de Educação Especial (INEE) e na Associação Nacional de Surdos de Angola (ANSA) pelos Técnicos do Ministério da Educação (MED) e da ANSA com dimensão nacional, mais desconhece o relacionado com o tipo de financiamento e a dimensão temporal dos estudos.

5.1.4. Questionário aplicado a 13 pessoas com deficiência auditiva (surdos), em Luanda.

O questionário aplicado as 13 pessoas com deficiência auditiva visou essencialmente aferir dos mesmos, sendo o principal grupo alvo do nosso estudo, o nível de satisfação da acessibilidade dos programas na TPA. Sendo assim, constatou-se que em termos da faixa etária a maioria situa-se no intervalo de idades entre os 25 e os 29 anos, sendo 7 homens e 5 mulheres. Todos os treze surdos inquiridos sabem ler e escrever. Dois dos entrevistados estudaram apenas até ao ensino primário, oito até ao 2º ciclo, dois até Bacharel e apenas um no Ensino superior (Mestrado). É possível depreender que o grau académico das pessoas com deficiência auditiva (surdos) inquiridas é mais ou menos, 3 têm ensino superior o que incidiu nas respostas dos questionários, sendo necessário também o apoio dos intérpretes, amigos, vizinhos e outros. Os inquiridos concordaram que a aprendizagem tem lugar no processo de interação social. Por isso foram unânimes em responder que aprenderam a LG na escola com auxílio dos professores colegas, amigos e na comunidade. Apenas um não respondeu. Quando questionados acerca de quem lhes ensinou a Língua Portuguesa, dez responderam que foi na escola com os professores, mas dois não responderam e um não respondeu com certeza quem lhe ensinou. No tempo que precisaram, foi entre um aos seis meses, dois levaram mais tempo, mas não identificaram o período concreto e dois aprenderam no período de um ano a dois anos.

Sobre os problemas relacionados com a aprendizagem da língua gestual e o português, observou-se que existe uma relação entre os que precisaram de mais tempo para aprender. Dois dos inquiridos referiram como problema mais relevante o conhecimento dos professores sobre a LGA, o desprezo e o Bullying por parte da comunidade. Essas opiniões levam-nos a corroborar sobre a necessidade real de garantir os direitos dos surdos a uma maior integração social assim como a inserção da língua gestual na televisão em função de uma melhor comunicação entre os surdos e as pessoas ouvintes (que falam).

Dos inquiridos, três não responderam sobre as dificuldades em ler e escrever, apenas um se manifestou quanto à dificuldade em ler, em escrever e perceber bem as palavras dos professores. Outros três referiram a sua deficiência auditiva como dificuldade para aprender. Os restantes seis foram da opinião que não tiveram muitas dificuldades para aprender, pois já se comunicavam com as mãos.

Quanto às facilidades durante a aprendizagem os 9 inquiridos referiram que a convivência e integração com outros surdos na escola e o apoio dos professores são as vias utilizadas para o ensino da LGA e Portuguesa. Quatro não responderam quanto a facilidades.

Sobre como se comunicam com outros onze dos inquiridos, responderam maioritariamente que no processo de interação com outros estão a usar a língua gestual, um não respondeu e enquanto que o outro, não compreendeu as questões, pois a sua resposta foi errada.

Sobre o gosto que têm de assistir os programas da Tv, o grau em que estes satisfazem as suas necessidades e interesses em termos de conteúdos, se são compreensíveis para eles, assim como argumentações a partir das respostas. Oito gostam de assistir os programas televisivos, quatro marcaram não e um referiu que pouco. Em análise sobre o interesse e grau em que os programas da tv satisfazem as necessidades e interesse dos surdos em termos de conteúdos, 9 inquiridos responderam suficiente e 4 avaliam de mau. Quando questionados sobre se os programas são compreensíveis para eles, 12 considera que às vezes não, só um assinalou que sempre. Os inquiridos argumentaram que, com excessão do “Bom dia Angola” não se entende quase nada no Telejornal e outros programas, que para compreender os conteúdos dos restantes espaços informativos precisam de mais intérpretes da língua gestual. Neste sentido constata-se e concordamos com a necessidade de melhorar a acessibilidade dos surdos nos programas televisivos a partir de se inserir intérpretes de LGA.

Face à questão sobre as considerações para melhorar a compreensão dos conteúdos que passam nos programas da TPA, oito inquiridos sugeriram: inserir diversidade nos programas específicos para pessoas surdas assim como desenvolver um programa específico de ensino da língua gestual na TPA. Dez inquiridos concordam em incluir intérpretes da Língua Gestual em todos os programas da TPA, sete expõem que a TPA deve incluir intérpretes da língua gestual nos programas informativos. Ainda sobre o mesmo assunto as respostas de quatro inquiridos estão associadas à necessidade de: existir intérpretes nos programas Ecos e Factos e Na Lente, ter um programa que buscasse a realidade dos surdos, como eles vivem e quais as dificuldades que tem inserir a língua gestual em todos os progrmas da TPA como forma de garantir o direito à informação conforme define a constituição.

No que se refere à necessidade de inserir o Ensino da LG na TPA, os inquiridos concordam plenamente, justificando ainda que: garante a inclusão de todos os telespectadores, reconhece-se a língua gestual como meio de comunicação dos surdos, e permite ter informações que as pessoas sem deficiência auditiva têm, ajuda na inclusão das pessoas com deficiência auditiva na sociedade, ajuda na compreensão das informações, e é uma via que poderia ajudar as pessoas com deficiência auditiva aprender a língua gestual Angolana.

Concordamos plenamente que o Ensino da LG na TPA facilitaria a aprendizagem da LGA, a comunicação e a inclusão das pessoas com deficiência auditiva na sociedade segundo estabelece a Constituição da República de Angola.

Os treze inquiridos referiram ainda que conhecem alguns países que têm a inserção do ensino da língua gestual na Televisão, sendo que dez foram capazes de assinalar países como Portugal, Brasil, E.U.A, Moçambique e Africa do Sul, e só três desconhecem a existência. Do nosso ponto de vista, esse conhecimento promove nos surdos do nosso país o desejo e a motivação para ver também essa oportunidade de aquisição da aprendizagem da LGA a partir da televisão a semelhança do que acontece noutros países.

Nove inquiridos situam-se entre os que desconhecem e não responderam sobre o desenvolvimento de algum estudo relacionado com a LGA, enquanto que os restantes quatro consideram que já ouviram, mas não conhecem profundamente o teor do referido estudo. Inquiridos sobre o número total ou aproximado de pessoas com deficiência auditiva no país, sete desconhecem os dados, o resto respondeu com dados aproximados. Em relação às recomendações que gostariam de deixar no concernente à temática em investigação, seis dos inquiridos recomendaram: a TPA deve obedecer á lei das acessibilidades, ter sempre em consideração as pessoas com deficiência auditiva na emissão de certos programas interessante, que o governo olhasse mais para esta franja da sociedade e nas suas principais preocupações com destaque para a garantia das acessibilidades garantindo assim que todos os cidadãos conheçam o que acontece no nosso país e não só. Também ao recrutar intérpretes deve-se ter cuidado para seleccionar quem devidamente domina a LGA. Os restantes inquiridos não fizeram recomendações ao respeito.

5.1.5. Análise da Grelha de programação da TPA

Para efeitos deste estudo sobre a acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva nos programas da TPA, foi analisada à grelha de programação desta estação pública de Angola.

A análise feita durante a última semana do mês de Novembro permitiu comprovar que dos 20 vinte programas de emissão na TPA- 1, só três são acessíveis às pessoas com problemas auditivos, dos quais o “Bom dia Angola” tem Língua Gestual das 07h00 as 08h00 com uma frequência semanal. Outros dois programas que do nosso ponto de vista, são acessíveis através das imagens é o “Ginástica para Todos” e o “Desporto Total”. Mas em relação à compreensão dos conteúdos concorda-se com os critérios dos surdos, que só o programa “Bom dia Angola” é totalmente acessível e compreensível para as pessoas com essa deficiência auditiva. Constatou-se também nessa análise, que na televisão Angolana não tem serviço de intérprete da língua gestual, antes das sete horas. Acredita-se então que isso está a limitar a acessibilidade dos surdos no concernente a informação televisiva. Entretanto nesse processo de análise da grelha da TPA, ficou patente que só a TPA-1 está a prestar o serviço de intérprete no Programa “Bom dia Angola”.

Depois da análise da grelha de programação da TPA (olhar anexo A), e assistir os programas que passam na televisão pode-se constatar e concluir que:

- A Língua Gestual no programa “Bom dia Angola”, não alcança a percentagem estabelecida para a acessibilidade dos surdos na televisão.
- Ainda não é utilizada a técnica de subtítulado ou legendagem nem closed – caption como vias de acessibilidade para as pessoas surdas, o que equivale a 0%.

As informações obtidas permitem concluir que a TPA como televisão pública não está a cumprir com a normativa sobre acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva nos

programas televisivos em Angola. Já que, os parâmetros estabelecidos pela lei em relação a percentagem de programas com língua gestual ainda é mínimo, e nem estão a utilizar outras alternativas como as legendas. Apesar da atenção que governo angolano tem para as pessoas com deficiência o que deve se ter em conta ou como meta a atingir pela televisão como meio de comunicação é dar resposta aos objectivos apresentados na Lei de imprensa, na Declaração Universal dos direitos humanos e na Constituição da República de Angola, assim como no Artigo 4 (objecto social) do código de ética onde refere que “a empresa tem por objecto principal a prestação de serviços públicos de radiotelevisão- informativa, publicitária e recreativa”(Decreto n 66/97, capítulo I, material impresso: 485).

5.1.6. Entrevista realizada ao administrador para conteúdos da TPA

A entrevista foi desenhada segundo as características da entrevista semi-estruturada a partir da elaboração de um guião de perguntas. Durante a entrevista procurou-se explorar questões tais como: utilização da língua gestual e seu impacto, estratégias de comunicação e acessibilidade na programação televisiva. Antes de apresentar as questões, foi preciso fazer a apresentação do entrevistador e o esclarecimento do objectivo da investigação para garantir a confiança do entrevistado.

As primeiras perguntas foram dirigidas a obter informações pessoais do entrevistado, com destaque para a idade, habilitações literárias e o cargo que ocupa actualmente. Em relação se a TPA tem cumprido com a Lei das Acessibilidades aprovada pela Assembleia Nacional, o entrevistado respondeu que sim tem estado a cumprir pese embora a lei é recente pelo que a implementação tem sido também gradual na empresa, sendo assim expressou que não poderia dizer que tem cumprido numa percentagem de cem por cento, mais expõe que estão acima de cinquenta.

O entrevistado referiu que neste momento é visível para os telespectadores que a Língua Gestual Angolana foi introduzida. Mas segundo o mesmo ainda estão no processo de adaptação para garantir o cumprimento dos direitos segundo a lei. Questionado sobre se foi com base à lei das acessibilidades que a língua gestual foi inserida no Programa “Bom Dia Angola” o entrevistado salientou que não foi propriamente essa a razão, mas que sempre foi uma preocupação da TPA tendo em conta que uma franja dos telespectadores estava a ser excluído e havia necessidade de se introduzir a LGA. Também explica ainda que precisam de condições técnicas para a expansão da LGA em outros serviços de notícias. Segundo sua opinião eventualmente a interpretação da LGA vai crescer para outros espaços, mas isso obriga a um maior esforço técnico, pois só dispõem de duas equipas técnicas a fazer isso, o que tem dificultado a par da insuficiência de pessoal especializado, pois que os intérpretes actuais trabalham na TPA em regime de colaboradores. Neste sentido também respondeu que esta é a razão que faz com que apenas o “Bom Dia Angola” tenha agora a LGA, pois só existem dois

intérpretes. Esclareceu também que para acrescentar o tempo de participação dos intérpretes teria que ser um quadro efectivo. Tudo isso segundo a opinião do nosso inquirido constitui uma problemática que tem que ser resolvida. Quando questionado para quando é que esta prevista a expansão da LGA para os restantes programas da TPA, respondeu que estão a trabalhar para isso em conjunto com a associação dos tradutores e intérpretes com os quais já tiveram encontros exploratórios. Na ocasião referiu também que já tiveram uma experiência em que utilizaram um dos intérpretes da LGA no discurso sobre o estado da nação proferido pelo Presidente da República (regista-se uma paragem) daí considerar necessário inserir a língua gestual para estender a experiência em outros espaços, porque muitos cidadãos entendem que é uma franja dos telespectadores que esta sendo excluída.

Sobre, se considera que com essa perspectiva aumentam as audiências da TPA, o entrevistado respondeu que acredita nisso, tendo em conta que as pessoas com deficiência auditiva puderam aceder ao canal para se informar coisa que neste momento ainda não acontece porque se reveem muito pouco. Nesse sentido referiu-se ao tempo de emissão que é apenas uma hora diária de segunda a sexta feira no programa “Bom dia Angola” o que do seu ponto de vista não é suficiente. Afirmou ainda que aumentando esse serviço certamente os surdos estarão muito mais atentos à televisão e de alguma maneira a audiência, sobretudo nessa franja dos telespectadores vai aumentar.

Quando questionado sobre a avaliação que faz do impacto da LG no programa “Bom dia Angola” classificou de bom a todos os níveis tanto no seio dos telespectadores visados, como no seio da própria comunidade já que de maneira geral a população achou que existe um processo claro de inclusão das pessoas com deficiência auditiva. Também nas estruturas do estado angolano, fundamentalmente nos órgãos como o parlamento, essa iniciativa apesar de ainda não ser o desejado foi bem recebida segundo o entrevistado. O entrevistado não referiu conhecimento sobre a existência no país de algum estudo relacionado com a LG, mais expressou que neste momento o Ministério da Acção Social tem uma área que se dedica especificamente à temática.

Sobre a possibilidade de inserir o Ensino da LG na Televisão, salientou que talvez seja um projecto para o futuro, pois que primeiro precisam consolidar os produtos que têm. Do seu ponto de vista ainda não informam bem na língua gestual, avaliou de deficiente essa acção, porque tem apenas sessenta minutos de interpretação da LGA e são poucos. Portanto considera, que primeiro precisam expandir a língua gestual numa primeira fase aos principais serviços noticiosos da estação e, eventualmente inserir para alguns programas, como educativos, para de seguida pensar noutros projectos como é o Ensino da Língua Gestual.

O administrador entrevistado não tem ideia do número de pessoas com deficiência auditiva em Angola, reconhece que há um número considerável, mas precisa que não existe nenhum estudo acabado sobre o assunto. Sobre a perspectiva em termos de cooperação na busca

de experiência de outras cadeias televisas que já utilizam intérpretes e tem inserido o Ensino da Língua Gestual referiu que realmente tem estado em contacto com as cadeias que já utilizam, sendo a mais próxima a Portuguesa. Mas precisou que a diferença reside nas condições técnicas que cada estação tem, pois as condições técnicas da TPA são bastante exíguas em comparação com as portuguesas que já dispõem de mais meios. Precisou também que a TPA está no início quanto à questão da LG e no princípio sempre o esforço é redobrado e é preciso criar condições técnicas para oferecer um bom serviço e se expandir as emissões. No fim da entrevista o entrevistado mostrou disponibilidade de cooperação nesse processo. A entrevista realizada permitiu comprovar a problemática em relação às barreiras que limitam as acções para garantir uma maior acessibilidade às pessoas surdas, que do nosso ponto de vista são as condições materiais e humanas.

5.1.7. Entrevista ao Assessor do Director Nacional do Ensino Especial

Tendo em conta a importância do Ensino Especial na educação das pessoas com deficiência auditiva e não só, realizou-se uma entrevista semi-estruturada em Janeiro 2019. A entrevista teve a duração de uma hora, e decorreu no Gabinete de trabalho do próprio (Ministério da Educação), em Luanda, com o objectivo de aprofundar sobre o cumprimento da Lei de Acessibilidade, assim como o Ensino da Língua Gestual em Angola. A entrevista foi coordenada previamente e com aprovação do entrevistado. Nos primeiros momentos as questões estiveram dirigidas a obter informação pessoal do entrevistado como idade, função, assim como sua experiência pedagógica no ensino especial.

O entrevistado tem setenta anos, com 50 anos de experiência pedagógica e na actividade com as pessoas surdas a já 21 anos, dos quais 16 dedicados em Angola. Elementos importantes para reconhecer sua preparação como assessor do director nacional do Ensino Especial e as suas capacidades e habilidades para desenvolver esta função. Questionado sobre o número aproximado das pessoas surdas em Angola, não foi preciso na sua resposta, referiu que aproximadamente a população surda deve estar ao redor de um milhão e meio de pessoas entre deficientes físicos e deficientes auditivos, porque a surdez tem diferentes níveis de perda auditiva. Portanto pensamos ser possível a direcção nacional do ensino especial ter acesso a estes dados do Relatório Inicial, para poder incidir na educação dessas pessoas nos diferentes níveis de ensino.

Inquirido sobre o objectivo da Lei das acessibilidades, destacou que toda lei tem como finalidade favorecer a maioria, mas sempre haverá uma percentagem que não se vê favorecida pela mesma. Daí que geralmente a lei das acessibilidades, neste caso para as pessoas com deficiência auditiva (surdos) tem um valor enorme, porque legaliza toda uma série de acções, que são necessárias para garantir a inclusão da pessoa surda, embora nem tudo esteja a se cumprir. Em relação ao balanço que se pode fazer da implementação dessa lei, o entrevistado

respondeu que do ponto de vista legal e legislativo o balanço é positivo, mas no ponto de vista de aplicação ainda não está nos níveis que satisfaz todas as necessidades das pessoas surdas. Salientou que para além do que refere a lei, a aplicação da mesma ainda é fraca. A esse respeito argumentou que não se oficializou a carreira do intérprete, ainda não está oficializada a figura laboral do intérprete, ainda não se determinou que no centro de trabalho a necessidade de ter obrigatoriamente uma pessoa capacitada para se comunicar e interagir com a pessoa surda, bem como nas escolas ainda não têm intérpretes.

Questionado se ao aprovar a lei das acessibilidades o legislador, previu a inserção da língua gestual nos meios de comunicação audiovisuais, o entrevistado respondeu que sim, e expõe que a partir da promulgação da Lei no diário da República começaram a aparecer nos espaços informativos os intérpretes da língua gestual. Mas reconhece que ainda está a faltar, por exemplo, fazer aquelas legendas ocultas em que os televisores vêm preparados em inglês chama-se klos kaps (neste sentido esta a se referir a closed caption) e assinalou que em Angola não está aplicado. Segundo o seu critério Angola tem recursos, pois considera que a televisão tem equipamentos, daí a necessidade de se preparar o pessoal que vai trabalhar na elaboração das legendas, porque segundo ele existem muitos surdos que sabem ler. Também fez questão de falar que no horário que é emitido o programa para os surdos, eles estão a trabalhar, então não assistem a informação, se os programas informativos tivessem pelo menos essa legenda (closed caption), seria possível para eles assistir no horário mais tarde quando terminavam a jornada laboral.

Quanto às razões que estão na origem do não reconhecimento da LGA, o entrevistado assinalou que as outras línguas nacionais também não estão reconhecidas oficialmente. Revelou que o Instituto da Língua que há muitos anos tinha que fazer o regulamento das línguas ainda não fez. O nosso interlocutor destacou que o movimento associativo dos surdos, no mundo inteiro são os que levam a voz forte a favor das suas necessidades em prol das suas demandas, facto que não se regista ainda em Angola. O que leva o nosso entrevistado a considerar que a associação nacional de surdos é muito fraca. Pois que, segundo o mesmo, os líderes da ANSA têm pouca experiência para dirigir, o que impossibilita o avanço da mesma. Mas considerou que o importante é que está na lei, então sugeriu que é preciso fortalecer as associações, criar a figura do intérprete laboral, criar a carreira de formação dos intérpretes, pois essas coisas vão ajudar.

Na opinião do entrevistado, o ensino da língua gestual no país tem evoluído muito nos últimos 14- 15 anos, porque em Luanda só tinham dois ou três professores surdos, hoje têm quase trinta professores surdos em todo o país. Professores surdos que são professores da Língua Gestual Angolana. Expressou ademais que nesse momento todas as províncias de Angola (as 18 províncias) têm professores com formação em Língua Gestual. A par disso a Direcção Nacional do Ensino Especial continua a formar mais professores onde recentemente em Malange e

Luanda terminaram mais uma acção formativa para setenta professores com vista a trabalharem na inclusão de alunos surdos e outras deficiências. Quer dizer que a realmente há preocupação e trabalho neste sentido do ensino da LGA, pese embora o nosso entrevistado considerar, que quem aproveita a língua gestual são os religiosos. Essa informação levou-nos a questionar-lhe sobre porque acontece isso. Segundo o entrevistado os religiosos vêem isto como problema de sacerdócio, por isso têm avançado muito na LGA, porque eles assimilam as formações, multiplicam as formações da língua gestual e fazem os cultos em língua gestual.

Questionado sobre a existência de um estudo sobre a língua gestual mais abrangente no país, o entrevistado afirmou que em Angola se fez um estudo da LGA, que resultou logo no primeiro Dicionário da LGA (resultado de um estudo de cinco anos de uma equipa, multidisciplinar que trabalhou na geração do dicionário em formato de livro e esta também digitalizada em CD). Também fez referência que a equipa estava formada por duas pessoas técnicos superior do Instituto e oito surdas. Posteriormente a equipa visitou diferentes províncias para fazer uma comparação entre aquilo que estava a ser feito e a língua gestual falada pelos surdos nas diferentes partes do país, o que levou a constatar, que não havia uma grande diferença, só em algumas palavras coisa que acontece normalmente. Por outro lado referiu que em função das especificidades da LG, cada país tem gestos próprios exemplificando que no Porto e em Lisboa embora exista uma LGA existem gestos que o diferenciam da LGA angolana. Também destacou a primeira gramática da LGA, editada e enviada para UNESCO, cuja edição do primeiro livro impresso já esta esgotado, aguardando a edição do segundo volume.

Tendo em conta a experiência do nosso entrevistado procuramos saber do mesmo se considera importante para a TPA inserir intérpretes em todos os programas que transmite, o entrevistado mostrou-se entusiasmado sendo muito preciso quando afirmou que se não é em todos, mas nos programas informativos. Asseverou novamente que a TPA só transmite em LGA de manhã, e a tarde e no período nocturno não se faz a interpretação em LGA o que leva os surdos a não assistirem a TV. Daí que enfatizou a necessidade de inserir mais intérpretes LGA tanto no período da tarde como da noite, além da necessidade de também inserir closed caption tendo em conta que segundo ele, uma boa parte dos surdos sabe ler e escrever. O nosso entrevistado disse que independentemente de se preparar o pessoal, os equipamentos têm que ser adaptados, pelo menos quinze minutos de informação básica daquilo que está acontecer no país e no mundo para o surdo saber.

Perguntado se conhece algum país que tem o Ensino da Língua Gestual na Televisão, o entrevistado falou que não conhece coisa que para o investigador resultou numa surpresa tendo em conta os conhecimentos que tem sobre a temática. Solicitamos a sua opinião se a TPA poderia inserir na sua grelha o Ensino da LGA. Nesta questão o entrevistado falou que pessoalmente já propôs a TPA para que isso acontecesse, e na altura contou com o apoio do

Secretário de Estado para esfera social sobre a importância das mudanças que tem que acontecer para o melhoramento dos serviços da televisão. Em relação à criação de um programa específico, o próprio reafirmou ser possível tendo como base de apoio o dicionário digitalizado onde se faria às primeiras aulas introdutórias e que poderia se repetir quinzenalmente, mas para isso acontecer precisa-se ter vontade e capacidade para aplicar comentou o entrevistado. A entrevista foi longa mais muito proveitosa e interessante, pois permitiu conhecer muitos elementos sobre a LGA e seus avanços na esfera científica.

5.2. Sistematização dos Resultados

Após a análise individual dos participantes que envolveram esta investigação, vamos nesta secção apreciar de forma mais analítica e sistematizada os resultados obtidos durante o estudo. A criação e aprovação da lei das acessibilidades pela assembleia nacional em 2016 veio proporcionar melhores vias para salvaguarda da observância dos direitos deste grupo uma vez que na Associação Nacional de Surdos de Angola se verificaram profundas transformações com realce para a sua revitalização, o que permitiu esta associação ganhar um novo impulso na preservação dos direitos das pessoas com deficiência auditiva. Além disso, também facilitou o reconhecimento da LGA enquanto língua com estatuto nacional em 2017 e reforçou a necessidade da LGA ser inserida e ensinada nos *medias* audiovisuais por formas a se cumprir com um direito constitucional (CRA: 15). Entretanto a investigação revelou ainda que existem acções em curso no concernente à língua gestual angolana e acessibilidade para as pessoas surdas em Angola, por parte da sociedade civil e do ministério da Educação, onde podemos destacar a produção da gramática e o dicionário digital da Língua gestual Angolana, elementos estes fundamentais no ensino desta língua. Por outra a criação da Associação de Tradutores e Intérpretes da LGA e ainda a parceria entre o Instituto Nacional do Ensino Especial e a ANSA, também veio impulsionar a formação frequente de intérpretes da LGA. Na Televisão Pública de Angola em 2018 se constataram mudanças com a introdução da língua gestual angolana no programa Bom dia Angola e a criação de algumas condições técnicas com a motangem de duas régie que permitiram o suporte da inserção da LGA e ainda a TPA estabelecimento de uma parceria com a Associação dos Intérpretes e Tradutores da LGA. Importa aqui salientar que todas essas acções coincidiram com o período em que desenvolvíamos este estudo.

No entanto relativamente as questões de partida definidas no capítulo metodológico podemos observar que as estratégias para garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva aos programas da TPA, ainda não têm devidamente carácter inclusivo em função da diversidade da população angolana. Este facto é resultante da actual programação deste meio de comunicação que está virada apenas para os cidadãos que usam a língua oral deixando de fora outras pessoas como, por exemplo, aquelas que não falam o português e para o nosso caso os

como deficiência auditiva. No que se refere aos objectivos a nossa investigação permitiu verificar que os programas televisivos da TPA não têm legenda bem como não se utilizam novas tecnologias como o closed caption, para facilitar a inclusão dos surdos na sociedade da informação e permitir maior compreensão dos conteúdos. Por outra, também não têm estabelecido o ensino da língua gestual angolana na TPA a par, de não se promover a participação e o envolvimento dos surdos nos programas da TPA e só tem inserido intérpretes da LGA no Bom Dia Angola. Essa realidade revelada pela investigação permitiu assim comprovar que as condições técnicas e humanas, entretanto criadas para inserção da língua gestual nos programas da TPA são ainda limitadas para que se possa observar melhoria nas acessibilidades das pessoas com deficiência auditiva e conseqüentemente as suas audiências bem como a não observância da Lei da acessibilidade na TPA, incide efectivamente na acessibilidade dos surdos na Televisão.

5.3. Plano de acção a ser desenvolvido na TPA em função da acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva

Identificada às insuficiências que se registam na Televisão Pública de Angola relativamente à acessibilidade para as pessoas com deficiência auditiva, nos propusemos em apresentar nesta secção um plano de acção que visa dar resposta ao problema da acessibilidade para os surdos na TPA.

Sendo assim o plano de acção a ser executado destina-se a proporcionar a acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva na televisão, o que vai permitir o desenvolvimento educativo, cultural e social dos surdos. Segundo (Capucha et al, 2008:33), um plano bem desenhado, os objectivos gerais decorrem das orientações, os objectivos específicos dos objectivos gerais e as acções dos objectivos específicos, em que o objectivos específicos assumem metas a atingir.

Para o efeito no plano de acção a ser desenvolvido na TPA, se propõe objectivos de implementação das acções a serem realizadas tais como:

- I. Acrescentar as audiências na TPA junto das pessoas com deficiência auditiva;
- II. Melhorar a diversidade de programas em função da população em estudo;
- III. Aumentar o nível de participação desta população junto dos meios de comunicação audiovisual;
- IV. Aumentar as possibilidades de compreensão desta população relativamente aos conteúdos.

Com esses objectivos de implementação devidamente delineados pretende-se alcançar as seguintes metas:

- I. Atingir a acessibilidade em 90% das pessoas com deficiência auditiva nos 100% dos programas televisivos;
- II. Inserção de intérpretes da LGA em 85% dos programas da TPA;
- III. Inserção de novas tecnologias para facilitar a acessibilidade num futuro próximo;
- IV. Emissão de espaços culturais, desportivos, musicais, com serviço de subtítulos num futuro próximo.

E para que o plano de acções seja possível a sua materialização e execução, nos propusemos desenvolver as seguintes acções que poderão dar resposta à problemática da acessibilidade na Televisão Pública de Angola para o grupo alvo em estudo.

- I. Identificar estratégias que promovam uma maior participação do público-alvo, não apenas como audiência, mas também nas tomadas de decisão;
- II. Identificar que outros programas além do BDA que são relevantes para a população em causa;
- III. Inserir intérpretes da LGA nos programas de maior relevância na TPA;
- IV. Identificar quais os programas que deverão ser legendados, e complementar com novas tecnologias como closed caption;
- V. Utilizar uma linguagem clara, muito simples e de fácil compreensão que facilita a leitura labial.

Portanto no plano de acção ora apresentado, a análise será utilizada para verificar a realização das actividades, avaliar os resultados e as mudanças produzidas em relação à acessibilidade dos surdos nos programas da TPA. O que permitirá também determinar a adopção de medidas de ajustamento ou a correcção das estratégias de comunicação e acessibilidade nesse meio de comunicação social angolano.

6. CAPÍTULO – CONCLUSÕES

6.1. Considerações Finais

Depois da análise dos dados recolhidos e a sua interpretação, podemos concluir, inicialmente, que ainda existe um percurso longo para que se garanta acessibilidade à informação total para as pessoas com deficiência auditiva em Angola.

A não observância da acessibilidade para as pessoas com deficiência auditiva nos programas da TPA é uma das formas de discriminação feita a muitos usuários em Angola; pois que, um meio de comunicação social como a televisão tem que ser inclusivo pelo que a sua programação deve ser acessível a todos os cidadãos, independentemente do sexo, idade, nível cultural ou deficiência que este apresente. Daí que a luta por uma programação televisiva compreensível incluiu-se entre as exigências por igualdade de condições, conduzidas pela ANSA, a Lei da Pessoa com deficiência e a Lei de imprensa estabelecida no nosso país. Salvaguardar os direitos dessas pessoas não só é uma necessidade social, mas também é económica, política e cultural, conforme reconhecido pela constituição da República de Angola.

Entretanto concluiu-se também que este grupo alvo, apresenta características sociais e demográficas diversificadas onde se salienta o facto de estarem concentrados em alguns bairros de Luanda dos quais a maioria não é alfabetizada; dos escolarizados contactados as idades são variáveis, para além de uns serem trabalhadores qualificados e outros não qualificados. O nível de escolaridade é outro aspecto bastante diversificado bem como os níveis de literacia também são variáveis para além de apresentarem insegurança face ao estudo da sua realidade. Portanto, pese embora as mudanças observadas na da TPA, nota-se claramente que se mantêm os principais obstáculos dos surdos na vertente da acessibilidade à informação: a introdução de intérpretes da LGA é muito limitada e o ensino da LGA na TPA ainda não é percebido como uma prioridade (ao contrário do que já acontece com outras línguas nacionais).

Por isso é evidente a necessidade de se dar resposta à demanda dos surdos angolanos como usuários dos serviços da TPA, quanto às emissões de programas não só informativos, mas também culturais, permitindo a esta população aceder à já existente diversidade da grelha de programas da TPA, bem como é imperioso a diversificação do horário da LGA nos diversos programas da Televisão Pública de Angola, e ainda estabelecer uma percentagem significativa para a acessibilidade dos surdos à televisão, para que se possa promover o desenvolvimento cultural dos cidadãos no sentido amplo, causando assim a inclusão social e permitindo o acesso, aos direitos sociais.

Em suma, a inserção da língua gestual angolana nos demais programas da maior estação televisiva de Angola melhoraria a acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva, assim como a compreensão dos conteúdos e por sua vez o aumento das audiências neste meio de comunicação social Angolano. É imprescindível uma mudança e sensibilização com a inserção de intérpretes da língua gestual nestes serviços, assim como a disponibilização de cursos básicos da LGA para as pessoas ouvintes de forma a contribuírem na inclusão das pessoas surdas na sociedade. A língua gestual é a primeira língua da comunidade surda pelo que dessa forma estamos a contribuir no crescimento da cultura surda e no melhoramento da interação com as pessoas ouvintes.

Numa palavra, concluímos que a programação da Televisão Pública de Angola deve ser acessível às pessoas com deficiência auditiva, bem como os conteúdos que são emitidos neste canal público devem ser compreensíveis para todos os cidadãos, incluindo os surdos os quais têm direitos constitucionais que apoiam seu desenvolvimento e integração na sociedade.

Bibliografia

Amaral, T. S, Souza, C. M. (2011). *O direito de ouvir com os olhos nas tvs brasileiras*. Revista Intertemas – Toledo.

Andrada, Maria. C. (2001). *Conceito de Deficiência, incapacidade e Handicap*. Tipos de deficiência em Cristina Louro (org.), Acção Social na Deficiência, Lisboa, Universidade Aberta.

Alfabeto manual de Redução das letras e arte para ensinar a falar aos mudos, de Juan de Pablo Bonet. Disponível em: <http://bibliotecadigitalhispanica.bne.es>

Adriano, N. A. (2009). *Sinais caseiros: uma exploração de aspectos linguísticos*. (Dissertação de Mestrado em Linguística). Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Angola. Comissão Intersectorial Nacional para Elaboração de Relatórios Nacionais de Direitos Humanos. (CIERNNDH 2014-2016) *Implementação da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência*. Disponível em <http://www.servicos.minjusdh.gov.ao/files/RELATORIOFINALCPCD.pdf>. Consultado em 28 Março 2018

Azevedo, R; Fernandes, E; Lourenço, H; Barbosa, J; Silva, M. J; Costa, L; Nunes, P. S. (2011). *Projetos Educativos, Elaboração e Avaliação- Guião de Apoio*; Recurso e Dinâmicas, Lisboa 2011.

Bernardino, L. (2000). *Absurdo ou Lógica? Os surdos e sua produção linguística*. Editorial Profetizando Vida, Belo Horizonte.

Cepik, M. (2000), *Direito a informação*. Situação legal e desafios. E-mail: mcepik@fafich.ufmg.br.

Claro, R. (2004). *La desmitificación de la educación de sordos*. Hacia una pedagogía de éxito, Editorial del Norte, La Serena.

Carvalho, R.J (2018). *Elementos sobre a ideia de audiência nos inícios da TV portuguesa*. Contribution for the idea of audience in early Portuguese TV. Disponível no google acadêmico em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-59542018000100002&lng=pt&tlng=pt.

Casanova, J.L. (2008) *Pessoas com deficiência e incapacidades – um inquérito nacional, comunicação apresentada no VI Congresso Português de Sociologia, realizado no âmbito da temática Classes, Desigualdades e Políticas Públicas, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 25 a 28 de Junho de 2008, Lisboa.*

Cabral, E. (2009). *Gestos que falam*. Diversidades 7(25), 15-17. novembro e dezembro de 2009, N.º 25 - julho, agosto e setembro de 2009. Disponível em <http://www.madeiraedu.pt/LinkClick.aspx?fileticket=HUEDTVJAPwE%3D&tabid=1284&language=en-US>

Capucha, L; Pinto, J; Evaristo, T. (2008). *Planeamento e Avaliação de Projeto Guião Prático*. Direção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (DGIDC), Lisboa.

Cardoso, G. Rita, E. Vera, A. eds. (2009), *Da Comunicação de Massa à Comunicação em Rede*, Porto Editora, Porto.

EF Torres, AA Mazzoni, JB da Mota Alves (2002) *A acessibilidade à informação no espaço*. Ci. Inf., Brasília, v. 31, n. 3, p. 83-91, set./dez. 2002, digital disponível em [http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n3/a09v31n3\[consult.\].](http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n3/a09v31n3[consult.].)

Espínola J. A. (2015). *Accesibilidad auditiva*. Pautas básicas para aplicar en los entornos. Colección Democratizando la Accesibilidad Vol. 7. La Ciudad Accesible 2015. P.14

Ferreira, S.I. (2013). *A (In)Exclusão das pessoas surdas*. (Tese Mestrado em Serviço Social). ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa Setembro 2013.

Fávero, M.H., & Pimenta, M. (2006). *Pensamento e Linguagem: A Língua de Sinais na Resolução de Problemas*. Disponível no google acadêmico em <http://www.scielo.br/pdf/%0D/prc/v19n2/a08v19n2.pdf>

Gomez, O.G (2005). *O telespectador frente à televisão. Uma exploração do processo de recepção televisiva*. Disponível no google acadêmico em <http://softwarelivre.org/articles/0003/4763/orozco-telespectador-frente-a-tv.pdf>

Mainsel, S.P.G(s.a). *Breve historial da Televisão Pública de Angola*. Disponível em <http://tpa.live/wp-content/uploads/2016/09/HISTORIAL-DA-TELEVISÃO-JA.pdf>. Consultado em 14.03.2019 pelas 08h34

Macluhan, M. (1964). *Os meios de comunicação com extensões do Homem*. Ed. Cultrix. São Paulo. Disponível em https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/39209162/Mcluhan_-_Os_Meios_de_Comunicacao.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1557405939&Signature=X%2Bpmy3Wq6zh%2B%2BCcycvOMxh4WeZ0%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DMcluhan_Os_Meios_de_Comunicacao.pdf.

Neves, J. (2007). *Guia de legendagem para surdos, vozes que se veêm*. Instituto Politécnico de Leiria.

Perez, H. (1998). *Métodos em Sociologia*. Lá decouverte e Syros Paris, 1998.

Pinto, P. F.(2017). "*Educação e Diversidade Linguística em Portugal*", *Medi@ções* 5, 2: 36 - 43.

Portugal. Presidência do Conselho de Ministros (2003). *Programa Nacional para a Participação dos Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação* (RCM 110/2003 de 12 de Agosto) Disponível em <http://www.acessibilidade.gov.pt/legis/pnpcnesi.htm>

Portugal. Ministério Público de Portugal, gabinete de documentação e direito comparado (1993). *Regras gerais sobre a igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência*. Disponível no google em <http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/regrasgerais-igualdadeoportunidades.pdf>. Consultado 24.05.2019

Quivy, R; Campenhoudt, L.V. (1998) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Edições Gradiva, Lisboa.

República de Angola (2016). *Diário da República de Angola: Lei da acessibilidade das pessoas com deficiência*. I Série-N.º125. Luanda: Imprensa nacional. LEI+N.º+10-16-Lei+das+acessibilidades.pdf.

República de Angola (2012) Diário da República: *Lei da pessoa com Deficiência*. I Série- N.º145-30 de Julho 2012. Disponível em <http://www.cidadao.gov.ao/VerLegislacao.aspx?id=551>.

República de Angola (2010): *Constituição da República de Angola*: Luanda: Plural editores. ISBN 978-989-611-162-5

República de Angola (2009): *Projecto de lei sobre o exercício da actividade de televisão*. Relatório explicativo do ministério da Comunicação social.

Serra, P.J(2007) *Manual de teoria da Comunicação*. Universidade da Beira Interior. Livros Labcom<http://www.labcom.ubi.pt/livroslabcom/>

Tennekes (2000). *La discapacidad como limitante*. Situado em http://journals.openedition.org/polis.4414_tocfrom2nE

Torres, E.C. (2014). *Por uma definição contemporânea de televisão*: Revista ler. O que é a Televisão.

Turato, R.E. (2005). *Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa*. Laboratório de Pesquisa Clínico-Qualitativa. Faculdade de Ciências Médicas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, Brasil. Disponível em https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0034-89102005000300025&script=sci_arttext&tlng=en

Televisão Pública de Angola (2014). *Código de Conduta e Ética*. Imprensa nacional

Thompson, J.B (2017). *A nova visibilidade*. Sistema de Información Científica. Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal

Thompson, J.B (1995). *A mídia e a modernidade. Uma teoria social mídia*. Editora Vozes Ltda.

Valdez, M.C e Marcelina D. F. M. (s.a). *Dicionário da Língua Gestual Angolana*. Instituto nacional para educação especial. INEE

Viana, M.M.C (2016). *A língua de sinais e a fonoaudiologia: possibilidade na atuação com os surdos*. Afluente, UFMA/Campus III, v.1, n.3, p. 79-97, out./dez. 2016 ISSN 2525-3441. Disponível no google acadêmico <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/afluente/article/view/6466/4131>

Valles, M.(1997) *Técnicas qualitativas de investigação social*. Reflexão metodologica e prática profissional. Capitulo VI Técnicas de converça .Narração I.Editora Sintesis S.A.p.3

ANEXOS

Anexo A: Grelha de Programação da Televisão Pública de Angola

Horário	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira
00: 00	Jornal da Noite	Jornal da Noite	Jornal da Noite	Jornal da Noite	Jornal da Noite
00: 30	A sua Manhã/ Reposição	A sua manhã/ Reposição	A sua Manhã/ Reposição	A sua Manhã/ Reposição	A sua Manhã/ Reposição
00: 30	Janela Aberta/ Reposição	Janela Aberta/ Reposição	Janela Aberta/ Reposição	Janela Aberta/ Reposição	Janela Aberta/ Reposição
05: 30	Ginástica para Todos	Ginástica para Todos	Ginástica para Todos	Ginástica para todos	Ginástica para Todos
06: 00	Bom dia Angola Língua Gestual das 07h00 as 08h00.	Bom dia Angola Língua Gestual das 07h00 as 08h00.	Bom dia Angola Língua Gestual das 07h00 as 08h00.	Bom dia Angola Língua Gestual das 07h00 as 08h00.	Bom dia Angola Língua Gestual das 07h00 as 08h00.
09: 00	A sua Manhã	A sua Manhã	A sua Manhã	A sua Manhã	A Sua Manhã
11: 00	Ponto Informativo	Ponto Informativo	Ponto Informativo	Ponto Informativo	Ponto Informativo
11: 10	A sua Manhã	A sua Manhã	A sua Manhã	A sua Manhã	A sua Manhã
12: 00	Jornal Nacional	Jornal Nacional	Jornal Nacional	Jornal Nacional	Jornal Nacional
12: 30	Diário Desportivo	Diário Desportivo	Diário Desportivo	Diário Desportivo	Diário Desportivo
13: 00	Jornal da Tarde	Jornal da Tarde	Jornal da Tarde	Jornal da Tarde	Jornal da Tarde
14: 00	África Hoje	África Hoje	África Hoje	África Hoje	África Hoje
14: 30	Ver de Novo	Ver de Novo	Ver de Novo	Ver de Novo	Ver de Novo
15: 00	Janela Aberta	Janela Aberta	Janela Aberta	Janela Aberta	Janela Aberta
16: 00	Ponto Informativo	Ponto Informativo	Ponto Informativo	Ponto Informativo	Ponto Informativo
16: 10	Janela Aberta	Janela Aberta	Janela Aberta	Janela Aberta	Janela Aberta
18: 00	Ecos & Factos	Ecos & Factos	Ecos & Factos	Ecos & Factos	Ecos & Factos
19: 00	100 Limites	100 Limites	100 Limites	100 Limites	100 Limites
20: 00	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal
21: 00	Desporto Total	Grande Entrevista	Especial Informação	Economía Real	Política no Femenio
23: 00	Cachito do Céu	Telenovela Cachito Céu	Cachito do Céu	Telenovela Cachito Céu	Cachito Céu

Anexo B: Guião da Entrevista ao Administrador de Conteúdos e Informação da TPA.

Q1. Idade_____ Ano de nascimento_____

Q2. Género: Femenino_____ Masculino_____

Q3. Habilitações Literárias_____ Area de formação_____

Q4. Função_____ (maior detalhe possível)

Q5. Há quanto tempo ocupa este Cargo? (anos e meses, desde quando)

Q6. A TPA tem cumprido com a lei das acessibilidades aprovada pela assembleia nacional e publicada no diário da República?

Q 7. O que motivou a inserção da língua gestual no Bom dia Angola?

Q 9. E o porquê só no bom Dia Angola?

Q 10. Está prevista a inserção da língua gestual em outros programas da TPA?

Se sim, sobre que justificação e para quando?

Se não, em sua opinião, por que não se encontra prevista?

Q.11. Segundo a sua experiência, acha que o facto de não haver inserção de intérpretes da língua gestual nos programas da TPA (à excepção de parte do programa Bom Dia Angola) tem limitado o acesso das pessoas com deficiência auditiva (surdos) à informação prestada pela TPA?

Q 12. A inserção de mais intérpretes de língua Gestual na Televisão Pública não seria útil no aumento das audiências?

Q 13. Da sua experiência que avaliação faz do impacto da língua gestual no Bom dia Angola? Será que é compreensível?

Q 14. Sabe se existe algum estudo sobre a linguagem gestual no nosso país?

a) Em que ano foi feito?

b) Qual foi à instituição que fez?

c) Quem são os autores?

d) Que tipo de financiamento (público ou privado)?

e) Qual é a dimensão territorial do estudo?

f) São estudos relevantes ou irrelevantes?

Q 15. Conhece algum exemplo de países que tem o ensino da língua gestual na Televisão?

a) Exemplo de um país?

b) Por que não pensar nesta possibilidade para inserir na TPA?

Q 16. Da sua experiência e pelo facto de já ter implementado a língua gestual no BDA, têm a ideia do número total ou aproximado de pessoas com deficiência auditiva em Angola?

Anexo C: Guião da Entrevista ao Assessor do Director Nacional do Ensino Especial.

Idade _____ Data de nascimento _____

Função _____

Género: Femenino _____ Masculino _____

Habilitações Literárias _____

Q1. Tem a ideia do número total ou aproximado de pessoas com deficiência auditiva (surdos) no nosso país?

Q2. Da sua experiência, com que objectivo foi criada a lei das acessibilidades e há quanto tempo foi estabelecida?

Q3. Qual é o balanço que se pode fazer até agora da implementação da lei das acessibilidades?

Q4. Concretamente para o caso da língua gestual que balanço se pode fazer da sua implementação?

Q5. Ao aprovar essa lei o que é que, o legislador previa no concernete a língua gestual nos meios de comunicação audiovisuais?

Q6. Pelo que se sabe apesar de existir uma língua gestual Angolana, ainda não foi aprovada e reconhecida no leque de línguas nacionais. Sabe por que razão?

A)Será que esta falta de aprovação não tem dificultado a materIALIZAÇÃO do plasmado na lei das acessibilidades?

Q7. Pela experiência que balanço faz do ensino da língua gestual no nosso país?

Q8. E já agora, o ensino em específico da língua gestual, tem contribuído para a garantia da acessibilidade para as pessoas com deficiência auditiva (surdos)?

Q9. É de opinião que se criem escolas de formação de interpretes da língua gestual?

Q10. Da sua experiência, que avaliação faz da inserção da língua gestual nas escolas do ensino especial?

Q11. Sabe se existe algum estudo sobre a linguagem gestual no nosso país?

a) Em que ano foi feito?

b) Qual foi à instituição que fez?

c) Quem são os autores?

d) Que tipo de financiamento (público ou privado) teve o estudo?

e) Qual é a dimensão territorial do estudo?

f) São estudos relevantes ou irrelevantes?

Q12. Da sua experiência considera importante que a TPA tenha intérpretes de língua gestual nos diversos programas que transmite?

Q13. Da sua experiência que tem ao lidar com as pessoas com deficiência auditiva (surdos), acredita que os níveis de acessibilidade para estes indivíduos na TPA satisfaz?

Q 14. Conhece algum exemplo de países que tem o ensino da língua gestual na Televisão?

a) Acha que a TPA poderia inserir na sua grelha de programação o ensino da língua gestual?

Anexo D: Questionário dos Intérpretes da Língua Gestual na TPA.

Q1. Idade _____/ data de nascimento _____(ano)

Q2. Género (coloque uma cruz na sua opção):

Feminino _____ Masculino _____

Q3. Experiência como intérprete da língua gestual: (duração em meses e anos).

Q4. Qual a língua gestual que utiliza (angolana ou outra nacional, ou não especificada)?

Q5. Tem formação específica para intérprete da língua gestual na TV?

(coloque uma cruz na sua opção)

Sim _____ Não _____

Se sim, então:

Q 5.1.1. Que tipo de formação?

Q 5.1.2. Em que instituição e país fez a formação? Quanto tempo durou a formação (meses, anos)?

Q 5.1.3. Que tipo de equivalência, se alguma equivalência (ensino secundário, ensino médio, ensino superior, pós- graduação).

Se não, então:

Q 5.2.1. Como aprendeu e se profissionalizou?

Q 5.2.2. Da sua experiência as pessoas com deficiência auditiva compreendem a sua interpretação? (coloque uma cruz na sua opção)

Sim _____ Não _____ Pouco _____

Q6. Em que grau considera que os programas da Televisão Pública de Angola hoje satisfazem as necessidades e interesses das pessoas com deficiências auditivas (surdos) em termos de conteúdos? (coloque uma cruz na sua opção)

Bom _____ Suficiente _____ Mau _____

Q7. Refira pelo menos três causas que considera que incidem desfavoravelmente na acessibilidade das pessoas com deficiências auditivas (surdos) na programação da Televisão Pública de Angola:

(as causas não precisam ser referidas por ordem de importância)

Q8. Acredita que o ensino da língua gestual deve ser inserido na televisão como meio de comunicação? (coloque uma cruz na sua opção)

Sim _____ Não _____

Porquê?

Q9. Tendo em conta a sua experiência enquanto intérprete da língua gestual na Televisão, acha que as pessoas com deficiência auditiva (surdos), compreendem os conteúdos passados nos programas da TPA? (coloque uma cruz na sua opção)

Sim, sem problemas _____ Sim, mas pouco _____ Não _____

Porquê?

Q 10. Pela sua experiência sabe qual é o número total ou aproximado de pessoas com deficiência auditiva (surdos) em Angola. (coloque uma cruz na sua opção)

Sim_____ Não__

Se sim, na sua perspectiva, quanto são no total ou aproximadamente na província de Luanda?

Q11. Sabe se existe algum estudo sobre a linguagem gestual no nosso país?

Sim__ Não__

Se sim descreva: Anos, Instituição, Autores.

Tipo de financiamento (público ou privado)___

Dimensão ___

Estudos relevantes ou irrelevantes___

Anexo E: Questionário para a Associação dos Surdos de Angola.

Q1. Idade_____ Ano de nascimento_____

Q2. Género: Femenino_____ Masculino_____

Q3. Grau académico

Básico:_____ Médio_____ Bacharel_____ Licenciado_____ Doutor_____.

Q4. Há quanto tempo ocupa o cargo de presidente da associação ds Surdos de Angola? (meses e anos)

Desde que ano? _____

Q5. A vossa Associação tem conhecimento do número total ou aproximado de pessoas com deficiência auditiva a residir em Angola? (coloque uma cruz na sua opção)

Sim_____ Não_____

Se sim, na sua perspectiva, quanto são no total ou aproximadamente?

Q 5.1. A vossa Associação tem conhecimento do número total ou aproximado de pessoas com deficiência a residir em Luanda ?

(coloque uma cruz na sua opção)

Província de Cunene: Sim_____ Não_____

Província de Luanda: Sim_____ Não_____

Se sim, na sua perspectiva, quanto são no total ou aproximadamente na província de Luanda?

Se sim, na sua perspectiva, quanto são no total ou aproximadamente na provincia do Cunene?

Q 6. Sabe se existe algum estudo sobre a linguagem gestual no nosso país?

(coloque uma cruz na sua opção)

Sim_____ Não_____

Q 6.1 Em que ano foi feito_____

Q 6.1.2 Qual foi à instituição que fez?_____

Q 6.1.3 Quem são os autores?_____

Q 6.1.4 Que tipo de financiamento (publico ou privado)_____

Q 6.1.5 Qual é a dimensão territorial do estudo__

Q 6.1.6 São estudos relevantes ou irrelevantes_____

Q7. Como avalia a acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva nos programas da TPA, ou melhor, será que têm acesso fácil aos conteúdos?

(coloque uma cruz na sua opção)

Bom___ Suficiente_____ Mau___

Porquê?

Q 7. As pessoas com deficiência auditiva têm interesse pela programação da TPA?

Sim, sempre_____ Sim, às vezes_____ Nunca_____

Se sim (sempre ou às vezes), diria que esse interesse incide sobre o quê?

Q8. Considera importante a língua gestual no programa Bom dia Angola da TPA?

(coloque uma cruz na sua opção)

Sim___ Não_____

Porquê

Q9. Da sua experiência, acha que as pessoas com deficiência auditiva conhecem ou têm contacto com a língua gestual Angolana?

(coloque uma cruz na sua opção)

Sim___ Não_____

Poderia especificar porque sim, ou porque não?

Q10. Marque com uma cruz quais os programas onde gostaria que a TPA inserisse a língua gestual?

Jornal da Tarde__Telejornal___Ecos e Factos_____A sua Manhã___Janela Aberta_____

Outros, e quais?__

Q 11. Conhece algum exemplo de países que tem o ensino da língua gestual na Televisão?

(coloque uma cruz na sua opção)

Sim_____ Não_____

Se sim, quais são:

Anexo F: Questionário dirigido às pessoas com Deficiência Auditiva.

Q1. Idade_____.

Q2. Género: Femenino_____ Masculino_____.

Q3. Nível Académico frequentado / ou número de anos de estudo:

(coloque uma cruz na sua opção)

(___) Sabe ler e escrever, mas não frequentou o sistema de ensino.

(___) Saber ler e escrever frequentou o ensino, mas não tem certificado escolar.

(___) Ensino primário (da 1.^a à 6.^a classe)

(___) 1.º ciclo do ensino secundário (da 7.^a à 9.^a classe)

(___) 2.º ciclo do ensino secundário (da 10.ª à 13.ª classe)

(___) Ensino superior: Bacharel (3 anos)

(___) Ensino superior: Licenciatura (4 a 5 anos)

(___) Ensino superior: Mestrado (+2 anos)

(___) Ensino superior: Doutoramento (+3 ou 4 anos)

Q4. Distrito e município da actual residência:

Q 4.1 Como é que aprendeste a língua gestual?

Q 4.1.2 A língua gestual que utilizas é Angolana ou não?

Q 4.1.3 Quem te ensinou a língua gestual?

Q 4.1.4 Quem lhe ensinou o português?

Q 4.1.5 Quanto tempo demorou a aprender?

Q 4.1.6 Quais foram as principais dificuldades que sentiu, seja na aprendizagem da língua gestual como do português?

Q 4.1.6 Quais foram as principais facilidades que sentiu, seja na aprendizagem da língua gestual como do português?

Q 5. Como te comunicas no seu quotidiano com outras pessoas com deficiência auditiva ou com pessoas sem este problema auditivo?

Q 6. E como te comunicas com os teus familiares em casa e seus amigos, no trabalho?

Q7. Nas várias escolas e outras instituições de ensino e formação que tenhas frequentado ao longo da vida como era feita a comunicação?

Q 8. Gostas de assistir os programas da Televisão Pública de Angola (TPA?)

(coloque uma cruz na sua opção)

Sim ___ Não ___

Q9. Em que grau consideras que os programas da TPA satisfazem suas necessidades e interesses em termos de conteúdos?

(coloque uma cruz na sua opção)

Bom ___ Suficiente ___ Mau ___

Q10. Os conteúdos dos programas da TPA são compreensíveis para si?

(coloque uma cruz na sua opção)

Sim, na maioria das vezes ___ Sim, às vezes ___ Não ___

Porquê?

Q11. Marque com X o que considera ser necessário para melhorar a compreensão dos conteúdos que passam nos programas da TPA:

1. Inserir diversidade nos programas específico para pessoas surdas ___

2. Incluir intérpretes da Língua Gestual em todos os programas da TPA ___

3. Ou apenas a TPA deve incluir intérpretes da língua gestual nos programas informativos

4. Desenvolver um programa específico de ensino da língua gestual na TPA ___

5. Outras questões, e quais?

Q7. Acredita que o ensino da língua gestual deve ser inserido na televisão como meio de comunicação? (coloque uma cruz na sua opção)

Sim _____ Não _____

Porquê?

Q 8. Conhece algum exemplo de países que tem o ensino da língua gestual na Televisão? (coloque uma cruz na sua opção)

Sim_____ Não_____

Se sim, quais são:

Q9. Sabe se existe algum estudo sobre a linguagem gestual no nosso país?

(coloque uma cruz na sua opção)

Sim_____ Não_____

Q 9.1 Em que ano foi feito_____

Q 9.1.1 Qual foi à instituição que fez?_____

Q 9.1.2 Quem são os autores?_____

Q 9.1.3 Que tipo de financiamento (público ou privado)_____

Q 9.1.4 Qual é a dimensão territorial do estudo_____

Q 9.1.5 São estudos relevantes ou irrelevantes_____

Q10. Considera que a TPA deve apresentar programas que garantem a acessibilidade das pessoas com deficiências auditivas (surdas)?

(coloque uma cruz na sua opção)

Sim_____ Não_____

Quais?

Q 11. Sabes qual é o número total ou aproximado de pessoas com deficiência no país?

Q12. Que recomendações gostarias de deixar no concernete a esta tematica em investigação.